

# EDITAL DE LICITAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2024

#### PROCESSO Nº 024482/2023

Cód. CidadES Contratações: 2024.042E0600022.01.0004

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **MUNICIPIO DE LINHARES/ES**, pessoa jurídica de direito público, por intermédio da **Secretaria Municipal de Segurança Pública**, através da Equipe de Pregão, designada pela **Portaria nº 057, de 01 de abril de 2024**, sediada Avenida Augusto Pestana, n.º 790, Centro, Linhares, Estado do Espírito Santo, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, modo de disputa **ABERTO nos termos da Lei** nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019,da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

# 1. DISPOSIÇÕESPRELIMINARES

- 1.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, denominada Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para por meio eletrônico no endereco: www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 1.2 O Edital poderá ser lido e obtido nos sítios oficias do Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br e da Prefeitura Municipal de Linhares www.linhares.es.gov.br/ Licitações.

#### 1.3 Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:

23:59 horas do dia 03/05/2024.
23:59 horas do dia 03/05/2024.
13:00 horas do dia 08/05/2024.
14:00 horas do dia 08/05/2024.
14:00 horas do dia 08/05/2024.
1

### 2. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

2.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico <u>www.portaldecompraspublicas.com.br</u>

Pregão Eletrônico nº 019/2024 Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 - CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhares.es.gov.br

TO TO THE LINHARES

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPIRITO SANTO

3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

3.1 O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando

também para a data e horário do início da disputa.

4. REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o

horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5. DO OBJETO

5.1 O presente Pregão tem por objeto a aquisição de armamento e rádios de comunicação para aparelhar, modernizar e

reestruturar a Guarda Civil Municipal de Linhares, de acordo com o Convênio nº 947680/2023, conforme condições,

quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

6. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

6.1 Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico

provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.2 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal,

obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas), onde também deverão se informar a

respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

6.3 Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na

páginawww.portaldecompraspublicas.com.br, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do

Portal ou pelo e-mail falecom@portaldecompraspublicas.com.br.

6.4 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico,

assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.5 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela

efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Secretaria Municipal de

Segurança Pública e Defesa Social responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por

terceiros.

6.6 O credenciamento junto ao Portal de Compras Públicas implica a responsabilidade do licitante ou de seu

representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.7 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para

imediato bloqueio de acesso.

6.8 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei complementar nº 123 de

14.12.2006 e alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 de 07.08.2014, para que essa possa gozar dos benefícios

previstos no Capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento acrescentar as expressões

Pregão Eletrônico nº 019/2024



"Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte" ou suas respectivas abreviações, "ME" ou "EPP", à sua firma ou denominação, conforme o caso.

6.8.1 Caso a proponente já esteja cadastrada no sistema e não constem os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a alteração de seu cadastro no sistema.

### 7. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 7.1 Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.
  - 7.1.1 Consideram-se Micro e Pequenas Empresas aptas à participação no presente certame aquelas que preenchem os requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não se enquadrem em nenhuma das situações descritas no Parágrafo 4º do referido Art. 3º.
- 7.2 Estarão impedidas de participar, direta ou indiretamente, de qualquer fase deste processo licitatório os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:
  - 7.2.1 estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei no.8.666/93;
  - 7.2.2 sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
  - 7.2.3 estejam sob falência;e
  - 7.2.4 se enquadram no disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações.

# 7.3 Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

7.4 Não será permitida a participação na licitação de sociedades constituídas em forma de CONSÓRCIO.

#### 8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 8.1 O certame será conduzido pela Pregoeira, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
  - 8.1.1 acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
  - 8.1.2 responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
  - 8.1.3 abrir as propostas de preços;
  - 8.1.4 analisar a aceitabilidade das propostas;
  - 8.1.5desclassificar propostas indicando os motivos;
  - 8.1.6 conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
  - 8.1.7 verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
  - 8.1.8 declarar o vencedor;
  - 8.1.9 receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
  - 8.1.10 elaborar a ata da sessão;
  - 8.1.11 encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

Pregão Eletrônico nº 019/2024



- 8.1.12 convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- 8.1.13 abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

### 9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema <u>www.portaldecompraspublicas.com.br</u>, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 9.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 9.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 9.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 9.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 9.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 9.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

#### 10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 10.1 O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes **Declarações on line**, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico:
- 10.2 Declaração de que cumprem os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;
- 10.3 A indicação do campo "não" apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 10.4 Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
- 10.5 As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação, e somente após requisição do Pregoeiro.



10.6 Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas no Edital.

10.7 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos.

10.7.1 Valor unitário e total do item;

10.7.2 Marca/Modelo;

10.7.3 Fabricante;

10.7.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

10.8 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.9 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.10 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.11 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.12 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

10.12.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do ES e, após o devido processo legal, gerar as seguintes conseqüências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

### 11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

11.3 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

11.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na

Pregão Eletrônico nº 019/2024

PREFE ESPIRI

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPIRITO SANTO

fase de aceitação.

11.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de

lances.

11.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

11.8 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema

eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.9 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

11.10 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras

estabelecidas no Edital. Contendo cada lance no máximo 02 (duas) casas decimais, relativas à parte dos centavos.

11.11 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.12 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances

intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 03 (três) segundos.

11.13 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o

intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo

sistema os respectivos lances.

11.14 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes

apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.15 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente

pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.16 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá

sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances

intermediários.

11.17 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á

automaticamente.

11.18 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro,

assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da

consecução do melhor preço.

11.19 Não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado

em primeiro lugar.

11.20 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance

registrado, vedada a identificação do licitante.

11.21Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro,

devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas).

11.22 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico

poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

Pregão Eletrônico nº 019/2024



11.23 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, http://www.portaldecompraspublicas.com.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.

11.24. O Critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, conforme definido neste Edital e seus anexos.

11.25 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.26 Nessas condições, as propostas de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.27 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.28 Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.29 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.30 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

11.31 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

11.32 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

11.32.1 no pais;

11.32.2 por empresas brasileiras;

11.32.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.32.4 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

11.33 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

11.34 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a

Pregão Eletrônico nº 019/2024



negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

11.35 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.36 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo **de 03 (três) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares,

quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.37 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta..

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA ARREMATANTE/VENCEDORA

12.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à

adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em

seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

12.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado

(Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexegüível.

12.3 Considera-se inexegüível a proposta que apresente preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero,

incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato

convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações

de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exeqüibilidade e a legalidade das

propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

12.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao

saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no

mínimo, 24 (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

12.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade

disponível no sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

12.7 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante,

formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceito pelo Pregoeiro.

12.8 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características

do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a

exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e

prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da

roposta.

12.9 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subseqüente, e,

assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.10 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua

continuidade.

Pregão Eletrônico nº 019/2024



12.11 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

12.12 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subseqüente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

12.13 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.14 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subseqüente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

12.15 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

# 13. DA HABILITAÇÃO

13.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

13.1.1 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<a href="https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/">https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/</a>);

13.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.4 No caso de inabilitação haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subseqüente.

13.5 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

13.6 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação.

1800 CONTRACTOR TO A STATE OF THE STATE OF T

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPIRITO SANTO

13.7Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos

documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital. (prazo de 03

(três) dias úteis).

13.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente

ermitidos.

13.9 Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos

os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza,

comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.10 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes

ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13.11 Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para

fins de habilitação:

13.12 HABILITAÇÃO JURÍDICA

13.12.1 Registro comercial, no caso de empresa individual; ou

13.12.2 Ato constitutivo e alterações subseqüentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de

sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus

administradores; ou

13.12.3 Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada

dos nomes e endereços dos diretores em exercício; ou

13.12.4Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato

de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.12.5Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a

matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

13.13 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.13.1Certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial, ou recuperação extrajudicial, expedida pelo

distribuidor da sede da licitante em data não superior a 30 (trinta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo

não constar do documento.

13.13.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do exercício social 2022, já exigíveis e apresentados na forma

da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços

provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de

apresentação da proposta; Estes documentos deverão conter as assinaturas dos sócios, do contador ou técnico

responsável com os respectivos termos de abertura e encerramento, registrados na Junta Comercial ou Cartório de

Pregão Eletrônico nº 019/2024



Registro, comprovando a boa situação financeira da empresa, veda a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. As empresas obrigadas, na forma da Lei, a escriturara movimentação contábil através do Sistema Público de Escrituração Contábil Digital - (SPED) deverão apresentar o Recibo e as Demonstrações Contábeis extraídas do Sistema Público de Escrituração Contábil Digital - (SPED) juntamente com os Termos de Abertura e Encerramento do último exercício social.

# 13.13.2.1Se tratando de MEI - Micro Empreendedor Individual, será indispensável a apresentação do Balanço patrimonial.

13.13.3 O conjunto completo de demonstrações contábeis da entidade deve incluir todos os seguintes demonstrativos, no que couber:

- a) balanço patrimonial ao final do período;
- b) demonstração do resultado do período de divulgação;
- c) demonstração do resultado abrangente do período de divulgação. A demonstração do resultado abrangente pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro das mutações do patrimônio líquido. A demonstração do resultado abrangente, quando apresentada separadamente, começa com o resultado do período e se completa com os itens dos outros resultados abrangentes;
- d) demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de divulgação;
- e) demonstração dos fluxos de caixa para o período de divulgação;
- f) notas explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias.

DEMONSTRAÇÃO	ME E EPP ITG	PME's NBC TG 1000	REGRA GERAL	S.A DE CAPITAL
CONTÁBIL	1000			ABERTO
B.P.	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.R.	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.R.A.	Facultativa	Pode ser substituída		
		pela DLPA	Obrigatório	Obrigatório
D.L.P.A.	Facultativa	Facultativa (Obrigatória		
		se substituír a DRA ou		
		a DMPL)	Facultativa	Facultativa
D.M.P.L.	Facultativa	Pode ser Substituída		
		pela DLPA	Obrigatório	Obrigatório
D.F.C.	Facultativa	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
N.E.	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
D.V.A.	Facultativa	Facultativa	Facultativa	Obrigatório



13.13.4 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

13.13.4.1 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

#### 13.14 REGULARIDADE FISCALE TRABALHISTA

13.14.1 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

13.14.2Comprovação de Regularidade com a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais conjunta com a Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida por órgão da Secretaria da Receita Federal, unificada com a Certidão Negativa de Débito com o INSS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por lei, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – conforme Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014).

13.14.3 Comprovação de Regularidade perante a Fazenda Municipal: Certidão dos Tributos relativos ao domicílio ou sede do proponente.

13.14.4 Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.

13.14.5Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, fornecida no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho: <a href="http://www.tst.gov.br">www.tst.gov.br</a> Em atendimento a Lei 12.440/2011 e a Resolução Administrativa do Tribunal Superior do Trabalho nº 1470/2011.

#### 13.15 REGULARIDADE CADASTRAL

13.15.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

### 13.16 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.16.1 Comprovação de aptidão para o desempenho de atividades pertinentes, compatíveis em características,

Pregão Eletrônico nº 019/2024

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 - CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

1945 LINHARES

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPIRITO SANTO

quantidades e prazos, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de

direito público ou privado, compatíveis com o objeto desta licitação, devidamente assinado pela pessoa responsável,

preferencialmente em papel timbrado da empresa emissora.

13.16.1.1 Comprovação de que o licitante forneceu, sem restrição, produto igual ou semelhante ao indicado no Anexo I

do edital. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) atestado, devidamente assinado,

carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão comprador, compatível com o objeto desta licitação.

13.17 DECLARAÇÕES

13.17.1 Em atendimento à legislação vigente, deverão ser apresentadas as seguintes Declarações:

I. DECLARAÇÃO de inexistência de fato superveniente impeditivo, na forma do modelo ANEXO.

II. DECLARAÇÃO de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da CF, na forma do modelo ANEXO.

14.OBSERVAÇÕES SOBRE A HABILITAÇÃO

14.1 Em cumprimento o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 o licitante DEVERÁ anexar todos os documentos

dos itens 13.12, 13.13, 13.14, 13.15, 13.16 e 13.17 no Portal de Compras Públicas.

14.2 Os documentos deverão ser apresentados em originais, via Internet ou cópias autenticadas em cartório (selo/chave)

ou por servidor da unidade realizadora do Pregão, ou por órgãos da imprensa oficial, ficando os mesmos como parte

integrante do processo Licitatório nos termos do Art.32 da Lei 8666/93.

14.3 Caso as certidões expedidas pela Fazenda Estadual e Municipal, quando exigidas, não tragam consignados os

respectivos prazos de validade, e estes não sejam do nosso conhecimento, o Pregoeiro considerará como máximos, os

prazos vigentes no Estado do Espírito Santo e Município de Linhares, 90 (noventa) e 60 (sessenta) dias,

respectivamente.

14.4 A confirmação da veracidade das certidões emitidas pela internet apresentadas pelos licitantes será feita pelos

Pregoeiros (as) e/ou Membros da Equipe de Apoio, através dos respectivos sites.

14.5 Em caso de restrição quanto à documentação de regularidade fiscal apresentada por Microempresa ou Empresa de

Pequeno Porte (que se manifestou como tal no sistema do provedor), ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias

úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Municipal, para que regularize sua documentação fiscal,

conforme art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, cujo termo inicial

será o término do prazo estipulado para entrega da documentação habilitatória e proposta.

14.6 Caso a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte não regularize sua documentação fiscal no prazo

estabelecido acima, decairá seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993 e

suas alterações, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

15. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA ARREMATANTE/VENCEDORA

15.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 03 (três) horas, a contar da

Pregão Eletrônico nº 019/2024



solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá: ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

15.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

15.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

15.4 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

15.5 A oferta deverá ser firme e precisa limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

15.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

15.7 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

# 16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

16.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

16.2 A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

16.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

16.4 Acolhida à impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

16.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

16.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.8 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.9 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão

Pregão Eletrônico nº 019/2024

cadastradas no sítio <u>www.portaldecompraspublicas.com.br</u>, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu

acompanhamento.

17. DOS RECURSOS

17.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como

Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, será concedido o prazo de 30 (trinta) minutos, para que

qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão(ões)

pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

17.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da

intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

17.3 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de

admissibilidade do recurso.

17.4 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

17.5 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as

razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem

contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do

recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

18. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

18.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

18.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão

pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos

anulados e os que dele dependam.

18.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado

vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal

e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os

procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

18.1.3 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

18.1.4 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do

procedimento licitatório.

18.1.5 A convocação feita por e-mail, sendo responsabilidade de o licitante manter seus dados cadastrais

atualizados.

Pregão Eletrônico nº 019/2024



# 19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

19.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

19.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

### 20. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA ARREMATANTE/VENCEDORA

20.1 A empresa vencedora obrigar-se-á a cumprir o Contrato, este edital e as disposições de sua proposta.

20.2 A empresa licitante declarada vencedora deverá apresentar os documentos exigidos no Edital e TR, no prazo de 03 (três) horas: ficará na responsabilidade da secretaria quanto o ateste no atendimento da documentação.

20.2.1 Os licitantes deverão apresentar Certificado de registro emitido pela Diretora de Fiscalização de Produtos Controlados do Comando Logístico do Exército Brasileiro conforme Decreto R-105 de 03 de novembro de 2.015.

20.2.2 As licitantes participantes, para fins de classificação de sua proposta e aceitação da marca, deverão anexar CATÁLOGO OU FICHA TÉCNICA OU LAUDOS E/OU OUTROS DOCUMENTOS que possibilitem aferir que o material/produto ofertado corresponde exatamente às especificações do item licitado (em Língua Portuguesa).

20.2.3 Somente serão aceitos os prospectos/catálogos impressos em sites oficiais do produto. Caso não seja possível analisar os materiais através dos manuais/ catálogos, poderá ser exigido do fornecedor a apresentação de amostra, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da solicitação.

20.2.4 A empresa deverá apresentar em sua proposta DECLARAÇÃO, informando a garantia dos equipamentos que deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, bem como, toda manutenção, assistência e revisão técnica, informando no mínimo o nome, endereco completo, CNPJ, email (se tiver).

20.3 Os documentos/prospectos da empresa declarada arrematante/vencedora, constantes no item 20.2 e seus subitens deste edital, ficará na responsabilidade da secretaria quanto o ateste no atendimento da documentação.

20.4 O licitante vencedor será convocado pela Administração para assinatura do termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito de contratação conforme estipulado nos art. 64 e 81 da Lei nº 8.666/93.

20.5 Os documentos exigidos para a empresa declarada arrematante/vencedora, consoante o estabelecido no item 20.2 deste Edital, não poderão, em hipótese alguma, ser substituído por protocolos que configurem o seu requerimento.

#### 21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1 Entregar os materiais conforme estabelecido no contrato e de acordo com as necessidades da Secretaria, fiscalizando-os juntamente com o servidor especialmente designado para essa tarefa;



- 21.2 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.
- 21.3 Dispor de equipamento, material e pessoal especializado e no quantitativo necessário ao cumprimento do objeto contratado, respeitando as normas de higiene e segurança no trabalho;
- 21.4 Indenizar o CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoais ou materiais, quando resultantes de ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia dos seus empregados ou prepostos, bem como reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou de materiais empregados;
- 21.5 Arcar com o pagamento de taxas, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, bem como seguros, desde que resultantes da contratação com o Município;
- 21.6 Credenciar, junto a Secretaria Municipal Segurança Pública e Defesa Social, um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato;
- 21.7 Emitir, Nota Fiscal/Fatura discriminativa contendo os materiais a serem entregues devidamente atestadas por servidor credenciado, onde o CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes as multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos do edital, desde que não haja nenhum fato impeditivo.
- 21.8 Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da legislação vigente.
- 21.9 Entregar os materiais de acordo com as condições e prazos propostos;
- 21. 10 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- 21.11 Considerando a obrigatoriedade de publicação dos contratos devidamente assinados no Portal de Transparência, para atendimento da Lei nº 12.527/11 de 18/11/11 (Lei Acesso a Informação) e a Lei Complementar nº 131/2009 de 27/05/2009, necessário se faz a **assinatura digital dos contratos** a serem celebrados com o Município. (Certificado Digital).

#### 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 22.1 Se o licitante desistir de sua proposta ou não a mantiver após a abertura dos envelopes de proposta de preço, falharem ou fraudarem na execução do contrato/ordem de fornecimento, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa no certame, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Pública Municipal.
  - 22.1.1 Advertência nos casos de:
  - a) Desistência parcial da proposta, devidamente justificada;
  - b) Cotação errônea parcial ou total da proposta, devidamente justificada.
  - c) Não apresentação de amostra, quando solicitada.



- 22.1.2 Multa nos seguintes casos e percentuais:
- a) Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento até 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total contratado;
- b) Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento, superior a 30 (trinta) dias: 15% (quinze por cento) sobre o valor global contratado, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual;
- c) Por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
- d) Recusa do adjudicatário em receber o contrato/ordem de fornecimento, dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
- e) Por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Fornecimento: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente.
- 22.1.3 As multas serão descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.
- 22.1.4 Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Linhares/ES, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- I não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- II não entregar a documentação exigida no edital;
- III apresentar documentação falsa;
- IV causar o atraso na execução do objeto;
- V não mantiver a proposta;
- VI falhar na execução do contrato;
- VII fraudar a execução do contrato;
- VIII comportar-se de modo inidôneo;
- IX declarar informações falsas; e
- X cometer fraude fiscal
- a) Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento superior a 31 (trinta e um) dias: até 03 (três) meses;
- b) Por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: até 01 (um) ano;
- c) Por reincidência, no mínimo de 03 (três) vezes, em não apresentação de amostra, quando solicitada: até 01 (um) ano;
- d) Por recusa do adjudicatário em assinar/receber o Contrato/Ordem de Fornecimento, dentro de até 05 (cinco) dias úteis da data da convocação: até 01 (um) ano;
- e) Por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Compras: até 02 (dois) anos;



22.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou

a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes

22.2 A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública e a Declaração de inidoneidade será declarado em função da natureza e gravidade da falta cometida e serão aplicadas pelo Prefeito Municipal, as demais sanções pelo Gestor/Fiscal do Contrato.

22.3 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.4 Da aplicação das penalidades definidas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação.

22.5 O recurso será dirigido à autoridade competente que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis.

22.6 Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração, apresentado a

autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

22.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de

1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1 As despesas decorrentes desta Licitação correrão à conta de dotação orçamentária própria consignada no Orçamento Municipal para o exercício de 2024 e subsequentes, a saber:

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANCA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL.

12.01.06.572.0039.2.239 – AMPLIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E APRIMORAMENTO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL E

DE ATIVIDADES TÉCNICAS OPERACIONAIS

4.4.90.52.000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - FICHA 125

RECURSOS: CONVÊNIOS DA UNIÃO

24. DO CONTRATO

24.1 Será firmado contrato com o licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis nº

10.520/2002 e 8.666/1993.

24.2 O licitante vencedor será convocado pela Administração para assinatura do termo de contrato, aceitar ou retirar o

instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito de contratação conforme

estipulado nos art. 64 e 81 da Lei nº 8.666/93.

25. DO PAGAMENTO

25.1 O pagamento será feito mediante depósito bancário na conta corrente da CONTRATADA, no banco e respectiva

agência mencionadas em sua proposta, até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente,

Pregão Eletrônico nº 019/2024



caso haja a aceitabilidade do bem, cumprindo o fornecedor as etapas estabelecidas no Edital/Empenho, cabendo ao contratado comprovar sua reguralidade fiscal conforme solicitado para habilitação no certame licitatório.

25.2 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

 $EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0, 00016438, assim apurado:

25.3 A **CONTRATADA** deverá informar no corpo da Nota Fiscal/Fatura o número do Pregão, número do Processo, número do Empenho e número da Autorização de Fornecimento.

#### 26. VIGÊNCIA DO CONTRATO

26.1 O contrato terá sua vigência no **período de 12 (doze) meses,** contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação.

### 27. PRAZOS E CONDIÇÕES DA ENTREGA DOS MATERIAIS:

27.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do(a) Autorização de Fornecimento/Contrato, em remessa única, na Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social no seguinte endereço Avenida João Felipe Calmon, 490 - Centro - Linhares – 29.900-229.

27.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

27.3 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

27.4 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputarse-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

27.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da notificação da

Pregão Eletrônico nº 019/2024

1840 1945 LINHARES

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPIRITO SANTO

contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

27.6 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados

27.7 E demais condições estipuladas no Termo de Referência.

28. DO REAJUSTE

28.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

28.2 A CONTRATADA deverá requerer o reajuste, se assim entender necessário, após o transcurso de 01 (um) ano,

contados da apresentação da proposta, nos termos do artigo 40, inciso XI da Lei nº 8.666/93.

28.3 O índice a ser utilizado para o reajuste, será o INPC/IBGE ou por outro índice oficial que vier substituí-lo,

acumulado durante o período.

28.4 O reajuste será realizado por apostilamento.

29. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

29.1 As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre

desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 e Decreto

Municipal 1.693 de 19 de dezembro de 2022).

29.1.1 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos

artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos,

específicos, explícitos e informados ao titular.

29.2 A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e

base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o

cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

29.2.1 A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham

acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

29.2.2 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento,

indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do MUNICÍPIO DE

LINHARES, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

29.3 A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a

proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim

de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda,

alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco

ao qual o objeto do contrato ou o MUNICÍPIO DE LINHARES está exposto.

Pregão Eletrônico nº 019/2024



29.4 A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles

compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

29.4.1 A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias do MUNICÍPIO DE LINHARES e disponibilizar

toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de

proteção de dados.

29.4.2 A CONTRATADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO DE LINHARES, sempre que solicitado, toda e qualquer

informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na

contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais

aplicáveis.

29.5 A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou

prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou

dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso

formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter

permanente para exibição ao MUNICÍPIO DE LINHARES, mediante solicitação.

29.5.1 A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas,

informações e recursos do MUNICÍPIO DE LINHARES, em caso de desligamento de funcionário das atividades

inerentes à execução do presente Contrato.

29.6 A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação,

dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

29.6.1: Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações

fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do

instrumento contratual.

29.7 A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o

tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que

possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

29.8 A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato ao MUNICÍPIO DE LINHARES a ocorrência de

qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a

qualquer Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

29.8.1 A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que

possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

29.9 Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o

tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo MUNICÍPIO DE LINHARES, em no máximo trinta dias, sob

instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias

porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para

cumprimento de obrigação legal.

Pregão Eletrônico nº 019/2024

1940 LINHARES

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPIRITO SANTO

29.10 A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela Autoridade Nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados

pessoais compartilhados pelo MUNICÍPIO DE LINHARES para as finalidades pretendidas neste contrato.

29.11 A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou

coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de

tratamento dos dados compartilhados pelo MUNICÍPIO DE LINHARES.

30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

30.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data

marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo horário

anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro. Todas as referências de

tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

30.3 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a

substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata

e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

30.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

30.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os

interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a

segurança da contratação.

30.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não

será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo

licitatório.

30.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do

vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

30.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja

possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

30.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o

processo prevalecerão as deste Edital, as demais disposições constantes na Lei nº 10.520/2002, e do Decreto nº

10.024/2019, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações e pela Lei Complementar nº 123/2006.

30.10 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.linhares.es.g

www.portaldecompraspublicas.com.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereco, no Setor de Licitações da

PML, situado na Avenida Augusto Pestana,790, Centro, Linhares/ES, nos dias úteis, no horário das 8:00 horas às

17:00horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista

franqueada aos interessados.

Pregão Eletrônico nº 019/2024



30.11O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital, será na Comarca de Linhares- ES, com exclusão de qualquer outro.

30.12 Integram este Edital, independente de transcrição, os seguintes anexos:

- A)Anexo I Termo de Referência;
- B) Anexo II Minuta de Contrato;
- C)Anexo III Modelo de Proposta Comercial; ;
- **D) Anexo IV** Modelo de Declaração de enquadramento no Regime de Microempresa ME, Empresa de Pequeno Porte EPP ou Micro Empreendedor Individual.
- E) Anexo V Modelo de Declaração de Inexistência de fato superveniente impeditivo à habilitação na presente licitação;
- **F)** Anexo VI Modelo de Declaração de Inexistência de menores em seu quadro de pessoal, conforme determina o Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e Lei n.º 9.854/99, regulamentada pelo Decreto n.º 4.358/02;

Linhares - ES, 16 de abril de 2024.

Jones da Silva de Freitas Mattos Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social



# PREGÃO ELETRÔNICO № ----/2024 ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

Convênio nº: 947680/2023 Proposta nº 2199/2023

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): Secretaria Municipal de Segurança

Pública e Defesa Social

Assunto: Aquisição de Armamento e rádios de comunicação para aparelhar, modernizar e

reestruturar a Guarda Civil Municipal de Linhares

1- CONVÊNIO:

Convênio nº: 947680/2023 Proposta nº 2199/2023

Concedente: Ministério da Justiça e Segurança Pública

Dados bancários: CEF

AG.:0555-0 C/C.: 0060710501

Valor dos repasses .:500.000,00

# GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE LINHARES RÁDIOS COMUNICAÇÃO

#### 1. DO OBJETO

1.1 Realização de procedimento licitatório a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE para aparelhar, modernizar e reestruturar a Guarda Civil Municipal de Linhares, por meio da aquisição de Terminal de Rádio Portátil e armamento, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

### 2. ESPECIFICAÇÕES:

### **LOTE 01:**

Ord.	Descrição do objeto (itens)	Qtd	Un. Medida
1	Terminal de Rádio Portátil DMR Móvel com GPS contendo:	15	Un
2	Terminal de Rádio Portátil DMR sem visor com GPS Contendo:	35	Un

#### **LOTE 02:**

Ord.	Descrição do objeto (itens)	Qtd	Un. Medida
	ESPINGARDA NO CALIBRE 12:		
1	a) Espingarda de repetição calibre 12, de fabricação e procedência	15	Un
	nacional. E/ou internacional.	15	On
	b) 01 Kit de limpeza por arma		

#### LOTE 03

Ord.	Descrição do objeto (itens)	Qtd	Un. Medida
	PISTOLA CALIBRE 9x19 mm:		
1	PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO:	30	Un
	Pistola semiautomática com sistema de operação mecânica em ação dupla		

Pregão Eletrônico nº 019/2024



ou híbrida, striker fire, com peso e curso de gatilho constante do primeiro ao último disparo, não se considerando variações intra disparo (durante um único disparo) e sim inter disparos (comparando- se o primeiro com os demais disparos); conforme item 4.2 e 4.3 da NTSENASP nº 001/2020.

#### Lote 01:

#### 2.1.1 - Terminal de Rádio Portátil DMR MÓVEL COM GPS

Contendo: Cada conjunto de rádio móvel VHF deverá ser composto por:

- 01 (um) equipamento rádio transmissor-receptor;
- 01 (um) módulo GPS integrado ao equipamento;
- 01 (um) microfone de mão com tecla de transmissão;
- 01 (um) conjunto de cabo de alimentação e suporte de fixação;
- 01 (um) alto-falante frontal;
- 01 (uma) antena whip ¼ de onda, 0 dB de ganho, para fixação no teto do veículo;
- 01 (uma) antena GPS;

Para 01 rádio móvel VHF, do total a ser adquirido, deverá ser considerada uma instalação fixa em prédio, onde toda a infraestrutura será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Linhares. Deverá ser considerado para esta instalação fixa:

- 01 (uma) antena PT 0 dB de ganho;
- 01 (um) suporte para fixação da Antena;
- 01 (um) kit cabo coaxial RG-213 com conectores (25 mts)
- 01 (um) centelhador coaxial
- 01 (uma) fonte de alimentação DC.

#### Características Gerais

- a) Fácil manuseio e operação;
- b) Controles do painel:
- c) Chave liga/desliga, controle de volume, seleção de canais, alto-falante frontal, conector de microfone, sinalização luminosa, teclas programáveis.
- d) Display colorido em cristal líquido com tela colorida com no mínimo 4 linhas multisegmentado com rolamento, para exibição de mensagens de texto recebidas, verificação dos ícones de status e visualização de mensagens de envio; e) Indicação de status operacionais:
- indicação de intensidade do sinal recebido;
- monitoração
- nível de potência
- tons desativados
- GPS disponível
- GPS indisponível
- varredura
- mensagem não lida
- caixa de entrada cheia
- emergência
- privacidade
- comunicação direta
- chamada individual
- chamada em grupo
- chamada geral
- mensagem enviada com êxito
- falha de envio de mensagem
- mensagem em andamento

#### Pregão Eletrônico nº 019/2024



- f) Faixa de frequência: 148 a 174 MHz g) Espacamento de canais: 12.5KHz
- h) Número de canais: o transceptor deve permitir, no mínimo, a programação de 1000 (um mil) canais;
- i) Possibilidade de configuração de até 64 zonas;
- j) Varredura de canais;
- k) Tipo de serviço: simplex e semi-duplex;
- I) Alimentação: 13.8 Vcc ± 15%, com negativo à massa;
- m) Possibilidade de transmissão de voz e dados (mensagens pré-programadas);
- n) Operar em tecnologia digital que permita duas conversações simultâneas em um único canal de 12.5 KHz;
- o) Protocolo digital deverá ser no padrão DMR (rádio móvel digital) do ETSI (Instituto Europeu de Normas de Telecomunicações);
- p) Tecnologia: TDMA;
- q) Padrões militares STD/810 C,D,E,F e G;
- r) Deverá permitir roaming automático (permitirá que o usuário se desloque ao longo do trecho sem a necessidade de mudança manual do canal);
- s) Deverá possuir privacidade avançada (encriptação): mínimo RC40 bits;
- t) Deverá ter possibilidade de interrupção de transmissão: possibilidade de intercalar instantaneamente em uma conversação em andamento, para compartilhamento de informação crítica para o grupo;
- u) Modulação: 4FSK (digital);
- v) Tipo de Emissão: 7K60F1W;
- w) Espaçamento de canais: 12,5KHz com programação dentro da faixa acima;
- x) Tecnologia baseada em microprocessador;
- y) Controle de RF (Radiofreqüência) através de sintetizador eletrônico;
- z) Proteção eletrônica contra:
- ☐ Variação de impedância de RF por descasamento da antena;
- □ Excesso de potência do transmissor acima do limite nominal do modelo, e
- □ Acionamento contínuo do transmissor por tempo superior ao permitido, reciclável em cada acionamento, com aviso sonoro ao usuário de "tempo esgotado" (T.0.T.),

sendo programável, externamente via computador PC.

□ Memória eletrônica para programação/reprogramação da(s) freqüência(s) de operação e dos recursos operacionais, por acesso externo via computador PC.

### Características Mecânicas

- a) Montagem em gabinete apropriado para operação em veículos;
- b) Gabinete à prova de umidade, corrosão e vibrações mecânicas;
- c) Ergometria de fácil visualização e acesso aos controles do painel;
- d) Acústica com boa resposta de áudio do alto falante;
- e) Identificações no corpo do equipamento:
- f) Número de série do equipamento gravado no equipamento
- g) Selo identificando o número de certificação junto a ANATEL
- h) Dissipação térmica: compatível com o calor gerado dentro do regime intermitente da operação (20% TX e 80% RX), e
- i) O transceptor deverá possuir um conector no painel traseiro, disponibilizando pelo menos, os seguintes pontos:
- saída para alto-falante externo
- entrada de áudio de transmissão
- saída de áudio de recepção
- entrada para colocar o transceptor em modo transmissão
- saída programável com a função de alarme externo
- entrada programável com a função de detecção de ignição terra

#### Especificação de Transmissores

- a) Potência nominal de RF (mínima): 45 Watts com redução por ajuste programável via PC até 25W:
- b) Estabilidade de frequência (-30°C a +60°C): melhor ou igual a ± 1.5 ppm;

Pregão Eletrônico nº 019/2024

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 - CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhares.es.gov.br



- c) Consumo em transmissão: máximo de 14.5 Ampères para potência plena (em CC);
- d) Resposta de áudio: TIA603D;
- e) Distorção de áudio: melhor ou igual a 3%;
- f) Vocoder digital: AMBE 2+.

### Especificação dos receptores

- a) Sensibilidade digital: melhor ou igual a 0.30 uV @ 5% BER;
- b) Estabilidade de freqüência (-30°C a +60°C): melhor ou igual a ± 1.5 ppm;
- c) Seletividade: melhor ou igual a 50 dB @ 12.5 KHz;
- d) Intermodulação: melhor ou igual a 75 dB;
- e) Rejeição de espúrios: melhor ou igual a 75 dB;
- f) Saída de áudio: mínimo de 3 Watts

#### Recursos de Sinalização e Controle

- Chamadas em grupo
- Chamada privada
- Monitor remoto
- PTT-ID
- Inibição do rádio
- Verificação do rádio
- Alerta de chamada
- Alarme de emergência
- Transmissão de interrupção

#### Especificação do GPS:

- TTFF (tempo para o primeiro ponto fixo) arranque a frio: < 60 segundos;
- TTFF (tempo para o primeiro ponto fixo) arranque a quente: < 10 segundos;</li>
- Precisão horizontal: < 10 metros</li>

OBS: Obs.: Considerando que esta municipalidade através do Convênio nº 894231/2019 do Governo Federal, já foi adquirido e implantado um sistema de rádio Comunicação sendo este conforme descrição acima, e REPETIDORA DIGITAL DMR, contendo:

Conexão por IP entre repetidoras

Comutador automático para bateria

01 bateria 100 Ah

01 cabo de alimentação DC

01 rack 19"

Desta forma o item a ser adquirido deve ser compatível (os mesmos devem se comunicar entre si, tantos os rádios quanto a repetidora) com os itens informados acima.

### 2.1.2 - Terminal de Rádio Portátil DMR sem visor com GPS

#### Contendo:

Cada conjunto de rádio portátil VHF deverá ser composto por:

- 01 (um) equipamento rádio transmissor-receptor;
- 01 (um) módulo interno GPS;
- 01 (uma) capacidade de roaming automático;
- 01 (uma) antena tipo heliflex emborrachada;
- 01 (uma) bateria de Li-Ion de alta capacidade 1800mAh;
- 01 (um) carregador singelo de bateria, Bivolt;
- 01 (um) clip para cinto;
- 01 (um) estojo de couro com alça a tiracolo;

# Pregão Eletrônico nº 019/2024



- 01 (um) manual de operação em português;
- 01 (um) Microfone e alto falante remoto:
- 01 (uma) Bateria sobressalente de Li-lon de alta capacidade 2000mAh.

#### Características Gerais:

- Fácil manuseio e operação;
- Antena heliflex;
- Faixa de frequência: 148 a 174 MHz;
- Opera em Digital e Analógico;
- Espaçamento de canais: 12.5 KHz;
- Potência mínima 5W em VHF:
- Número de canais mínimo: 32 (trinta e dois);
- Possibilidade de configuração de até 2 zonas;
- 04 botões programáveis;
- Varredura de canais;
- Tipo de serviço: simplex / semi-duplex;
- Alimentação: bateria recarregável de alta-capacidade, de no mínimo 2000 mA, do tipo íon lítio, com autonomia mínima de 16 (dezesseis) horas em modo digital, conforme ciclo de trabalho (5/5/90);
- Possibilidade de transmissão de voz e dados (GPS)
- Operar em modo digital com tecnologia TDMA (2 time slots). O protocolo digital deverá ser no padrão aberto DMR (rádio móvel digital) do ETSI (Instituto Europeu de Normas de Telecomunicações);
- Padrões Militares STD 810 C, D, E, F e G;
- Atendimento à característica de grau de proteção IP67;
- Deverá possuir módulo GPS incorporado no equipamento;
- Deverá ter anúncio de canal por voz:
- Deverá permitir roaming automático (permitirá que o usuário se desloque ao longo do trecho sem a necessidade de mudança manual do canal);
- Deverá ter possibilidade de interrupção de transmissão: possibilidade de intercalar instantaneamente em uma conversação em andamento, para compartilhamento de informação crítica para o grupo.
- Deverá possuir privacidade avançada
- Modulação: 4FSK (digital);
- Tipo de Emissão: 7K60F1W;
- Espaçamento de canais: 12,5 KHz com programação dentro da faixa acima;
- Tecnologia baseada em microprocessador;
- Controle de RF (Radio frequência) através de sintetizador eletrônico;
- Capacidade de 2 slots reais no modo direto (ponto a ponto);
- Proteção eletrônica contra:
- Variação de impedância de RF por descasamento da antena;
- Excesso de potência do transmissor acima do limite nominal do modelo;
- Acionamento contínuo do transmissor por tempo superior ao permitido, reciclável em cada acionamento, com aviso sonoro ao usuário de "tempo esgotado" (T.0.T.), sendo programável, externamente via computador PC.
- Memória eletrônica para programação/reprogramação da(s) frequência(s) de operação e dos recursos operacionais, por acesso externo via computador PC.

# Especificação dos Transmissores

- Potência nominal de RF: 5W com redução por ajuste programável via PC para 1W.
- Estabilidade de frequência (-30°C a +60°C): melhor ou igual a ± 1.5 ppm;
- Distorção de áudio: melhor ou igual a 3%;
- Vocoder digital: AMBE 2+;
- Protocolo ETSI TS 102 361-1,-2,-3;

#### Pregão Eletrônico nº 019/2024



#### Especificação dos Receptores

- Estabilidade de frequência (-30°C a +60°C): melhor ou igual a ± 0.5 ppm;
- Sensibilidade (analógica): melhor ou igual a 0,3mV 0,22mV @ 12 dB SINAD;
- Sensibilidade (digital): melhor ou igual a 0,25 uV @ 5% BER;
- Seletividade: melhor ou igual a 70 dB @ 25 KHz; melhor ou igual a 60 dB @ 12.5 KHz;
- Rejeição a espúrios: melhor ou igual a 70 dB;
- Potência de áudio: 500mW

### Especificação do GPS

- TTFF(Tempo para o primeiro ponto fixo) arranque a frio: < 60 segundos;
- TTFF(Tempo para o primeiro ponto fixo) arrangue a quetnte: <10 segundos:</li>
- Precisão Horizontal: < 5 metros:</li>

#### Recurso de sinalização e controle

- Chamadas em grupo
- Chamada privada
- Monitor remoto
- PTT-ID
- Inibição do rádio
- Verificação do rádio
- Alerta de chamada
- Transmissão de Interrupção
- Alarme de emergência

OBS: Obs.: Considerando que esta municipalidade através do Convênio nº 894231/2019 do Governo Federal, já foi adquirido e implantado um sistema de rádio Comunicação sendo este conforme descrição acima, e REPETIDORA DIGITAL DMR, contendo:

Conexão por IP entre repetidoras

Comutador automático para bateria

01 bateria 100 Ah

01 cabo de alimentação DC

01 rack 19"

Desta forma o item a ser adquirido deve ser compatível (os mesmos devem se comunicar entre si, tantos os rádios quanto a repetidora) com os itens informados acima.

#### Lote 02:

#### 2.1.3 - ESPINGARDA NO CALIBRE 12:

- a) Espingarda de repetição calibre 12, de fabricação e procedência nacional. E/ou internacional.
- b) 01 Kit de limpeza por arma;
- c) 01 Kit de ferramenta a cada 10 armas.

#### **CARACTERÍSTICAS GERAIS:**

Com sistema de ação deslizante (PUMP);

Cano de alma lisa com mínimo 14" e máximo 20" polegadas de comprimento e quebrachamas;

Capacidade de 08 cartuchos carregados (12/70), sendo o depósito (carregado) para 07 cartuchos, mais 01 na câmara ou 07 cartuchos carregados Magnum (12/76.2), sendo o depósito;

Coronha retrátil com no mínimo 3 e máximo de 6 posições e com sistema de amortecimento de recuo;

Soleira de borracha removível e alojamento para pilhas, fabricada em polipropileno com fibra e estrutura em alumínio, telha em polipropileno com fibra de vidro;

Pregão Eletrônico nº 019/2024

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 - CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830



Trava de segurança ambidestra tipo botão com banda vermelha de alerta;

Trilho picatinny em alumínio fixado no receptáculo e trilho picatinny triplo fixado no tubo do depósito;

Aparelho de pontaria com alça do tipo "ghost ring" com regulagem vertical e horizontal e massa de mira em aço com proteção lateral;

Guarda mato e receptáculo em alumínio;

Dispositivo para desmuniciamento do depósito sem acionamento da telha:

Choque cilíndrico (CYL);

Extrator duplo;

Câmara de 03 polegadas;

Bandoleira em nylon de 3 pontos, com largura de 35 mm;

#### Lote 03:

### 2.1.4- PISTOLA CALIBRE 9x19 mm:

#### PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO:

Pistola semiautomática com sistema de operação mecânica em ação dupla ou híbrida, striker fire, com peso e curso de gatilho constante do primeiro ao último disparo, não se considerando variações intra disparo (durante um único disparo) e sim inter disparos (comparando- se o primeiro com os demais disparos); conforme item 4.2 e 4.3 da NTSENASP nº 001/2020.

#### CARACTERÍSTICAS GERAIS OBRIGATÓRIAS:

Sistema de operação mecânica em ação dupla ou híbrida, striker fire, com peso e curso de gatilho constante do primeiro ao último disparo, não se considerando variações intra disparos (durante um único disparo) e sim Inter disparos (comparando-se o primeiro com os demais disparos).

Armamento deve estar apto ao uso de munições nacionais e importadas, dentro do calibre especificado, 124gr, hollow point, com velocidade mínima de 350m/s, para o calibre 9x19mm, que atendam à norma SAAMI (Sporting Arms and Ammunition manufacturer's Ins\_tute) Z 299.3-2015 ou homologadas de acordo com a C.I.P (Commission internationale permanente pour l'épreuve des armes à feu porta\_ves) -

HOMOLOGATION Lista de TDCC - Tab IV - cartuchos para pistolas e revólveres, no que se refere aos aspectos de dimensões, pressão e velocidade para pistolas de fogo central.

Deverá possuir acabamento de primeira linha, sem sinais de corrosão, imperfeições, rebarbas e/ou sobras de materiais que evidenciem falta de qualidade no processo fabril, a fim de evitar ferimentos nos usuários, falhas de funcionamento e de procedimento.

A manutenção de primeiro escalão deverá ser de fácil realização pelo usuário, sem o uso de ferramentas, bem como, apresentar dificuldade de montagem equivocada em primeiro escalão; assim, no caso desta possibilidade afetar a função e/ou a segurança, a arma deve ser reprovada.

Recomenda-se que cada arma deverá dispor de um total igual ou superior a 03 (três) carregadores, além de vir acondicionada em uma maleta de armazenamento e transporte (case rígido próprio), contendo um kit para manutenção e limpeza, bem como o seu manual em língua pátria.

# CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS:

# QUANTO A SEGURANÇA:

Deverá possuir sistema de travamento para o gatilho (trava de gatilho), que impeça o gatilho de ser acionado por ação inercial ou acionamento acidental, exceto se a tecla localizada no gatilho for corretamente acionada.

Deverá possuir sistema interno de bloqueio do percussor (trava do percussor), impedindo que o percussor atinja a espoleta, a menos que a tecla do gatilho seja corretamente acionada, não sendo permitida a marcação da espoleta, quando do simples manejo do ferrolho manuseio brusco ou queda da arma.

Deverá possuir como requisito adicional optativo o indicador de munição na câmara (indicador de arma carregada).

Deve possuir sistema de segurança que impossibilite a percussão da espoleta em casos de queda do armamento.

A arma, com cartucho de munição na câmara, não pode produzir tiro após uma queda de, ao menos, uma altura de 2.000 mm em piso de concreto.

Pregão Eletrônico nº 019/2024



#### **QUANTO AO ACABAMENTO EXTERNO E INTERNO:**

Todas as teclas, peças e mecanismos da arma, deverão ter capacidade de resistir, sem quaisquer aditivos depreciativos em sua constituição ou construção: a intempéries (incluindo as climáticas extremas); rusticidade de manipulação e transporte; condições adversas; oxidações, abrasões, choques e incidência de raios UV (no caso de polímero). Deverão ainda ser compatíveis com componentes químicos presentes em munições (ou decorrentes de sua queima), solventes, líquidos, lubrificantes, e materiais usados na manutenção de armas (conforme tabela do item 5.2.2.1 da NT-SENASP nº 001/2020).

# QUANTO AO CANO, CÂMARA e TRANCAMENTO: CANO:

Dotado de estrias (raiamento), de sentido dextrogiro ou levogiro; ou com alma do tipo poligonal no eixo longitudinal (cantos arredondados); ou ainda com sulcos tradicionais L&G (canto vivo), medido do limite de intersecção do próprio cano com a câmara até a sua extremidade oposta (na boca do cano).

### **CÂMARA (HEADSPACE):**

De acordo com a definição da sistemática e indicadores de mensuração "Go" (verificar se o headspace é igual ou maior que mínimo da norma SAAMI referenciada) e "No-Go" (verificar se o headspace não é maior que o espaço máximo da norma SAAMI referenciada), seguindo o constante nos termos do subitem 5.2.1. da NIJ Standard - 0112.03, sendo medida do limite de intersecção da própria câmara com o cano até a sua extremidade oposta onde ocorre o trancamento.

#### TRANCAMENTO:

Critério do fabricante desde que atenda as normas de segurança e funcionamento, não sendo admitida a possibilidade de produção do tiro sem o completo trancamento da culatra.

#### QUANTO À DIMENSÕES, PESO E CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS:

De modo a evitar direcionamento de marca/modelo, o mesmo deverá estabelecer margem de tolerância nos parâmetros de "dimensões e peso", entre mínimo e máximo, dos itens subsequentes:

Cano, Comprimento, Altura, e Largura total da arma, além de outras especificações. De forma a assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, de modo a

não limitar a concorrência do certame.

### **QUANTO À ERGONOMIA:**

Deverá permitir que uma mesma arma possa ser utilizada por policiais de diferentes anatomias das mãos, devendo, portanto, possuir solução de ajuste, para viabilizar adaptação ao tipo de empunhadura do usuário (tipo backstrap ou outra solução), em no mínimo três tamanhos distintos, ou qualquer outro meio, excetuando-se o uso de luvas de "hogue" e/ou variações no punho implementadas por customizações.

### **OPERAÇÃO:**

#### RETÊM DO FERROLHO:

Deverá ser recartilhado ou texturizado, possibilitando ao operador destravar o ferrolho de maneira ergonômica e funcional, possuindo como requisito adicional optativo do tipo ambidestro ou reversível, para evitar prejuízo ou perda de empunhadura ou do aparelho de pontaria da arma durante sua utilização.

### **RETÊM DO CARREGADOR:**

Obrigatoriamente do tipo ambidestro ou reversível, recartilhado ou texturizado, posicionado de forma a não atrapalhar a empunhadura, localizado na armação, na área de junção do guarda mato e a empunhadura (punho), possibilitando a retirada do carregador (totalmente municiado ou com qualquer quantidade de cartuchos ou, ainda, vazio), de maneira livre quando a arma está empunhada. A localização do retém do carregador não deverá favorecer seu acionamento acidental ou involuntário em decorrência do uso da arma pelo operador, ou quando do transporte em coldre; Deve ser ativado pressionando-o no sentido lateral de movimento pelo polegar, não sendo permitido um retém que seja ativado por um movimento descendente.

Pregão Eletrônico nº 019/2024



Deve ser projetado para permitir a liberação positiva do carregador, para liberar quando totalmente comprimido pelo policial, para reduzir a probabilidade de liberação inadvertida do carregador durante o transporte, manuseio e/ou disparo. Quando de seu acionamento, conforme o contido nos subitens anteriores, de modo imediato, sem forças externas, o carregador deverá cair livremente apenas pela ação da gravidade, estando vazio ou municiado.

### CAPACIDADE DE OPERAÇÃO E DISPAROS:

Deverá ter capacidade de operação e disparos, sem o comprometimento da segurança, precisão do tiro e funcionamento da arma, após intercambialidade de 100% (cem por cento) das peças, em qualquer nível de desmontagem, nas condições constantes dos respectivos protocolos de ensaios previstos.

# ARMAÇÃO (FRAME/RECEIVE):

Deverá ser anti-refletiva; capaz de resistir, sem quaisquer aditivos depreciativos em sua constituição ou construção: a intempéries (incluindo as climáticas extremas); rusticidade de manipulação e transporte; condições adversas; oxidações, abrasões e choques; a agentes químicos/minerais; a raios UV (no caso de polímero); ser compativel com agentes químicos, solventes, líquidos e lubrificantes (tabela do item 5.2.2.1 da NTSENASP nº 001/2020) com guarda-mato de dimensões capazes de permitir a operação da arma por usuário com luvas, sem comprometer a eficiência e eficácia do disparo.

Ter uma superfície antiderrapante ambidestra, na área do contato manual do punho.

#### **FERROLHO:**

Deverá ser anti-refletivo; capaz de resistir, sem quaisquer aditivos depreciativos em sua constituição ou construção: a intempéries (incluindo as climáticas extremas); rusticidade de manipulação e transporte; condições adversas; oxidações, abrasões e choques; a agente químicos/minerais; e ser compativel com agentes químicos, solventes, líquidos e lubrificantes (tabela do item 5.2.2.1 da NTSENASP nº 001/2020).

Obrigatoriamente, na parte traseira, nas laterais (direita e esquerda), ser dotado de sulcos, recartilhados ou ranhuras, a fim de permitir ao usuário fácil ciclagem quando em operação, na área do contato manual.

É permitido, na parte dianteira, nas laterais (direita e esquerda), ser dotado de sulcos, recartilhados ou ranhuras, a fim de permitir ao usuário fácil ciclagem quando em operação, na área do contato manual.

#### GATILHO:

A força necessária para comprimir o gatilho deve ser de no mínimo 2 kgf e no máximo 4,5 kgf.

Devem ser consistentes em seu percurso e peso, possibilitando ao policial, com a mão que empunha a arma, voluntariamente com apenas uma ação de seu acionamento, realizar o ciclo para o disparo e recuperação para engrenar (armar) novamente o mecanismo de percussão.

São vedadas folgas e/ou deslocamentos laterais, durante o acionamento para o disparo e recuperação para engrenar novamente com o mecanismo de percussão, pois isto resulta em erros e falta de precisão.

# CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO:

O armamento de porte, semiautomático de uso individual, no calibre 9x19mm ou .40 S&W, a serem adquiridos para emprego no âmbito da Secretaria Municipal de Defesa Social e Segurança Pública, deverão atender aos requisitos contidos nas descrições acima, conforme dispõe a Norma Técnica SENÁSP nº 001/2020, bem como observar os seguintes critérios de aceitação para aquisição:

### **QUANTO À VIDA ÚTIL DO CANO:**

Deverá ser de, no mínimo, vinte mil disparos. Justifica-se tal exigência considerando o tempo médio de vida útil desejado para atendimento às necessidades operacionais e de treinamento da GCM Linhares.

#### **QUANTO AO ZARELHO:**

Existência de orifício ou alça para fixação de presilha de equipamento de retenção da arma (mosquetão do fiel), conhecido por "zarelho", sem que sua existência e desenho comprometa o desenho anatômico e dificulte a inserção/retirada do carregador, tampouco dificulte o acoplamento do mosquetão estando o carregador inserido no

Pregão Eletrônico nº 019/2024



punho da arma.

A importância desse dispositivo consiste na segurança que confere ao operador, para que não haja perda do armamento em casos de queda involuntária. Sua fixação por meio de guia, ou outro acessório, ao corpo do operador, permite que, em situações extremas, não ocorra perda do armamento devido a falhas nessa importante acoplagem.

#### **APARELHO DE PONTARIA:**

A arma deverá ter obrigatoriamente aparelho de pontaria, contendo ALÇA e MASSA de mira, podendo ser do tipo três pontos.

#### **CARREGADOR:**

Carregador com capacidade mínima para 15 (quinze) cartuchos sem qualquer tipo de prolongador de carregador, do tipo cofre, bifilar, destituído de peças de fácil soltura (em especial quando arremessado ao solo estando vazio ou carregado), com janela de visualização da quantidade de munições, em, no mínimo, as posições de carregador cheio e intermediário, possuindo desenho que não comprometa o uso e a ergonomia quando acoplado à arma.

Mesa transportadora deverá possuir coloração de alerta destacada do restante da arma:

Base do carregador deve ser feita com o mesmo material do corpo do armamento, ou outro, com resistência igual ou superior, em desenho que acompanha a face posterior do carregador, firmemente fixada ao corpo do carregador.

#### **QUANTO AOS ACESSÓRIOS**

01 (uma) Maleta de armazenamento e transporte (case rígido próprio), que permita seu trancamento, que possua sistema de dobradiças, com identificação externa do número da arma fabricada em material de proteção que impossibilite o atrito e eventuais deformidades, de modo a proteger o conjunto e garantir sua integridade, devendo conter em seu interior, os seguintes itens, abaixo relacionados:

01 (um) kit básico de limpeza, com no mínimo, uma escova de crina, uma escova de latão e uma escova de algodão;

01 (um) manual em língua pátria (português do Brasil), com informações de conservação, manutenção, limites de uso para ocorrência de limpeza e cuidados quanto à operação do material (o manual deverá conter tabela indicativa de manutenção para as peças que compõem o armamento, fazendo alusão ao período de revisão/substituição de cada peca versus a quantidade de disparos que o armamento vier a ser submetido):

Cada arma deverá conter no mínimo 02 (dois) carregadores adicionais, totalizando uma quantidade não inferior a 03 (três) carregadores por unidade/arma;

#### VALIDADE/GARANTIA

As Pistolas calibre 9x19 mm, deverão ter prazo de validade mínima de 2 anos e garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

A empresa deverá certificar e assegurar que o produto entregue atende aos ensaios e testes apontados na "NT-SENASP Nº 001/2020 – Pistolas calibre 9x19 mm e .40 S&W".

### 2.2 Justificativa de Aquisição por Lote:

O julgamento da licitação deverá ser por lote, sendo dividido em 03 lotes, para melhor gestão dos contratos pois os equipamentos a serem adquiridos, por exemplo no lote 01, devem ser fornecidos por um único fornecedor tendo em vista a complexidade de realizar a divisibilidade do objeto do lote 01 considerando que os dois equipamentos devem interagir(conversar entre si) a partir do momento que forem programados na nossa central de rádio comunicação.

# 3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DAS AQUISIÇÕES

A cidade de Linhares, localiza-se ao norte do Estado do Espírito Santo, e fica a cerca de 127 KM da capital, que conta com uma área territorial de aproximadamente 3496,263 km².

A economia do município está voltada ao alto índice de desenvolvimento humano e industrial, contando com centenas de empresas moveleiras, petróleo, gás entre muitas outras, fazendo a cidade ter destaque nacional e internacional. Linhares apresenta crescimento acima da média estadual e nacional, tanto econômica quanto populacionalmente. Segundo os últimos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Linhares é a 2ª cidade mais populosa

do interior do estado do Espírito Santo, com 179.755 habitantes (população estimada pelo IBGE - 2021). A previsão para

Pregão Eletrônico nº 019/2024



2022, com investimentos do Governo Federal e Estadual, e da Prefeitura de Linhares, estimou-se uma população superior a 200.000 habitantes. (Ainda não comprovada pelo IBGE)

A Constituição Federal do Brasil prevê, em seu art. 144, que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidades de todos, em virtude disto, em seu §8º, autoriza aos municípios constituírem guardas municipais para a proteção de bens, serviços e instalações.

A Lei Municipal nº 3770/2018 alterou a lei de criação da GCML - Guarda Civil Municipal de Linhares, instituição uniformizada e aparelhada, à qual cabe a vigilância dos próprios munícipes, o policiamento urbano, a prevenção à violência urbana e a colaboração na segurança pública.

O ingresso na carreira ocorre mediante aprovação em: concurso público – com provas objetivas, físicas, psicológicas e investigação social – e curso de formação. Em relação a atribuições e competências do guarda municipal, em 08 de agosto de 2014, a Lei Federal nº 13.022 (Estatuto Geral das Guardas Municipais) criou as diretrizes gerais para a criação das guardas municipais em todo o país, incumbindo às guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Cabe à GCML, zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município; prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais; atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais; entre outras.

Ainda, as guardas municipais poderão, quer seja por meio de parceria ou convênio, colaborar ou atuar conjuntamente com órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal ou de congêneres de Municípios vizinhos, como forma de integralizar os esforços pela manutenção da ordem social.

A GCML foi instruída a desenvolver ações interdisciplinares, associando ações policiais preventivas e comunitárias com políticas sociais urbanas preventivas. Outro sim, a instituição em questão é desmilitarizada e desvinculada da força policial estadual, no entanto, várias ações são desenvolvidas em apoio à Polícia Militar e Civil de Linhares.

O município de Linhares aderiu ao Convênio de Cooperação Técnica entre a união, por intermédio da polícia Federal com objetivo de concessão de autorização de porte de arma de fogo para os integrantes da GCML. Órgãos participantes do referido Convênio: Prefeitura

Municipal de Linhares (PML), Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP/ES), Polícia Civil do Estado do ES e Academia de Polícia Civil do Estado do ES (ACADEPOL/ES); O município de Linhares tem buscado maior participação nas questões que envolvem a Segurança Pública, para construção de um ambiente de harmonia e paz social.

Nessa perspectiva a Guarda Civil Municipal apresenta-se como uma ferramenta a mais. Para tanto, as intervenções de tais profissionais no cenário social dependem de uma formação de qualidade e que esteja contextualizada com o ambiente de atuação, tendo por base as realidades e temáticas que se apresentam nos diversos contextos sociais. A preparação de tais profissionais para o exercício das atividades que almejamos pela realização do referido curso de formação pautado em métodos apropriados de treinamento, fundamentados em respeito à dignidade humana, à cidadania, à justiça, à ordem democrática. Nesse contexto, o referido convênio e a ministração do curso pela ACADEPOL, que possui o domínio em técnicas e tecnologias voltadas a garantia de ordem pública e a valorização da vida, sendo uma instituição de grande experiência para as questões de preparação profissional para o exercício das atividades de controle social. Este referido curso foi finalizado no município de Linhares no dia 30 de setembro de 2022, onde 51 guardas-civis municipais que participaram do curso foram aprovados com louvor. Sendo assim possuem porte de arma e estão preparados para exercer suas atividades armados, quando necessário.

A finalidade da aquisição dos itens terminal de rádio portátil dmr sem visor com gps e terminal de rádio portátil dmr móvel com gps é para o aprimoramento do sistema de radiocomunicação que traga melhorias e resultados mais eficazes, visando confiabilidade e modernidade, para melhorar e manter a comunicação entre a central da GCML que recebe todas as demandas da população Linharense e seus agentes.

Este projeto será ideal para alcançar áreas mais carentes, mais afastadas da sede, aonde a presença da instituição se faz necessária, principalmente na busca de resultados positivos e eficazes, nas ações da GCML, consequentemente a satisfação e os benefícios que possam resultar à população.

Considerando ainda a atuação dos agentes da guarda civil, na visão desta Municipalidade, com princípios e diretrizes no Fundo Nacional de Segurança Pública Lei 10.201, no seu art.4º apoiará projetos na área de segurança pública destinados, dentre outros, a: reequipamento, treinamento e qualificação das polícias civis e militares, corpos de

Pregão Eletrônico nº 019/2024



bombeiros militares e guardas municipais; e, programas de prevenção ao delito e à violência, princípios e diretrizes que é interesse mútuo entre Governo Federal e Município.

Este Projeto perpassa pela melhoria do sistema de radiocomunicação visando;

- a) Rápida comunicação;
- b) Redução das deficiências em comunicação dentro do Município, através de equipamentos confiáveis e de alto alcance:
- c) Facilidade de comunicação entre a sede e as unidades, aproximando a decisão superior do destinatário, com alta garantia de sigilo e reserva de comunicação.

A ampliação do sistema de radiocomunicação para Guarda Civil Municipal de Linhares, com aquisição e configuração do sistema que ampliarão os atendimentos à população da sede e de regiões mais distantes do município passam por estes objetivos específicos;

- Melhoria da Comunicação em toda região da sede do Município;
- Atender aos locais configurados como prioridades de atuação do órgão;
- Dotação de equipamentos de qualidade, eficiência, resistência e confiabilidade em qualquer situação que seja de rotina ou de emergência e urgência;

O resultado da ampliação deste projeto será:

- Melhorar a comunicação em toda sede do Município de Linhares, integrando as Unidades da Guarda Civil existentes, de forma a ampliar as ações dos agentes da guarda-civil em torno de 30% (trinta por cento), estes resultados serão aferidos com relatórios dos atendimentos realizados sendo que, ao longo de sua operacionalidade, avaliaremos mediante dados fornecidos pela Central de Operações da Guarda Civil.

Os equipamentos a serem adquiridos propõem uma ampliação na atuação da Guarda Civil Municipal, proporcionando mais uma ferramenta de motivação aos operadores de segurança, bem como, de enfrentamento à criminalidade. As expectativas e as demandas crescem motivando a sociedade a observar a deficiência dos serviços de segurança, exigindo automaticamente a melhoria na qualidade dos mesmos. Norteada pela política de Segurança Nacional, dentro dos conceitos mais modernos de gestão de polícia, exigem a agilidade nas ações e melhoria dos serviços de atendimento. A atuação da GCML ocorre mediante as seguintes modalidades: policiamento preventivo, rádio patrulhamento com viaturas, motos e bases de apoio (pontos fixos).

Atualmente a GCM de Linhares conta com:

27 unidades terminal de rádio portatil DMR sem visor com GPS;

10 unidades Terminal de rádio portatil DMR móvel com GPS.

01 unidade repetidora digital DMR

Esta Municipalidade não possui nenhum tipo de armamento.

A aquisição do bem (armamento) acima especificado (lotes 02 e 03) é imprescindível para suprir a carência de tal item nas unidades administrativas e operacionais da Segurança Pública do Município de Linhares - ES, com vista a assegurar o desenvolvimento das atividades necessárias ao enfrentamento adequado à criminalidade, melhor prestação de serviços à sociedade e redução da insegurança pública da população Linharense.

As aquisições beneficiarão: A Guarda Civil Municipal de Linhares.

Pelo exposto, as aquisições pretendida visa oferecer melhores condições de trabalho aos profissionais e atendimento qualificado às demandas existentes na área da Segurança Pública, contribuindo, ainda, para implementação de ações estratégicas relacionadas à violência e à criminalidade, com vista a elevação da qualidade de vida dos cidadãos e para bem-estar social, com a consequente redução da insegurança pública.

CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS: Torna-se imprescindível que esta Municipalidade adquira os Terminais de Rádio Comunicação e armamento, com o intuito de efetivar a prevenção das infrações penais, por meio do patrulhamento preventivo, como foco na segurança da vida e do patrimônio dos cidadãos que residem e frequentam o território municipal, e do efetivo da Guarda civil, podendo contribuir com as metas do Plano Nacional de Segurança Pública e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16.

**RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA E OS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA**: Os agentes da guarda-civil foram instruídos a desenvolver ações interdisciplinares, associando ações policiais preventivas e comunitárias com políticas sociais urbanas preventivas. Outrossim, a instituição em questão é desmilitarizada e desvinculada da força policial estadual, no entanto, várias ações são desenvolvidas em apoio à Polícia Militar e Civil de Linhares.

Pregão Eletrônico nº 019/2024



O presente propõe uma ampliação na atuação da Guarda Civil Municipal, proporcionando uma melhor estruturação dos recursos logísticos, fortalecendo as ações de prevenção à violência e resolução pacífica de conflitos, auxiliando na promoção da cultura de paz, da segurança comunitária, aumentando a sensação de segurança em todo território municipal.

### **PÚBLICO ALVO:**

O Público diretamente atendido e beneficiado pela aquisição dos terminais de rádio portátil será a população do Município e indiretamente os agentes da guarda-civil, que poderão dispor dos equipamentos no exercício de suas funções, visando a prestação de serviços de prevenção à violência e resolução pacífica de conflitos em todo território municipal.

O Público diretamente atendido e beneficiado pela aquisição do armamento – diretamente beneficia ao corpo de agente da guarda-civil (51 agentes que foram aprovados no curso da Acadepol), visando contribuir de forma incisiva para a prestação de um serviço de excelência aos cidadãos com maior segurança.

### **PROBLEMAS A SEREM RESOLVIDOS:**

No exercício de 2022, os agentes da guarda-civil registraram mais de 2800 (dois mil e oitocentos) Boletins Assistenciais e conduziram mais de 175 (cento e setenta e cinco) detidos à Delegacia Regional, o que representa um aumento extraordinário em relação aos exercícios anteriores.

Evidencia-se a necessidade de incremento na quantidade atual do sistema de comunicação (rádios comunicadores fixos e manuais) que compõem o patrimônio da Guarda Civil Municipal, pretendido neste TR, para contribuir na redução do índice de crimes e ampliando o atendimento pela instituição. Evidencia-se ainda, a necessidade de incremento a aquisição do armamento pretendido neste TR, para contribuir na redução do índice de crimes e ampliando o atendimento pela instituição.

#### **RESULTADO ESPERADO:**

Com a aquisição de novos aparelhos de rádio comunicação, estima-se a melhoria na estruturação da Guarda Civil Municipal, podendo assim atender aos munícipes com mais excelência, e maior cobertura nos 3496,263 Km² de extensão territorial, contribuindo com a maior segurança de cada cidadão que resida ou que esteja de passagem em nosso território municipal.

#### 4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL COMPLEMENTAR

4.1 A observância às Leis 10.520/02, Lei 8.666/93 e alterações e Lei complementar nº 123/06, apresenta-se ainda necessária à observância da legislação

### 5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Rubrica orçamentária (capital):

Órgão: 12 -Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social. Unidade: 01 – Secretária Municipal de Segurança Pública e Defesa Social;

Função/Subfunção: 06 572- Segurança Pública; Programa: 0039 - Promoção da Segurança;

Projeto/Atividade: 2.239 Ampliação, Modernização e aprimoramento da Guarda Civil Municipal e de Atividades técnicas e

operacionais;

Elemento de Despesa: 44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE;

Fonte de Recurso: 170000000001 - Recursos de Convênios da União

Ficha 125

Convênio nº: 947680/2023 Proposta nº 2199/2023

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): Secretaria Municipal de Segurança

Pública e Defesa Social

Assunto: Aquisição de Armamento e rádios de comunicação para aparelhar, modernizar e reestruturar a Guarda Civil Municipal de Linhares

Pregão Eletrônico nº 019/2024

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 - CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhares.es.gov.br



### 1- CONVÊNIO:

Convênio nº: 947680/2023 Proposta nº 2199/2023 Concedente: Ministério da Justiça e Segurança Pública Dados bancários: CEF AG.:0555-0 C/C.: 0060710501

Valor dos repasses .:500.000,00

### 6. MOTIVAÇÃO DO PEDIDO

Compete à Divisão de Patrulhamento dos agentes da guarda-civil realizar rondas constantes e atividades de abordagem de suspeitos e condução dos mesmos às autoridades competentes.

São devidamente capacitados para o exercício da função. A principal atividade desenvolvida pela Divisão de Patrulhamento é a ronda ininterrupta realizada 24 (vinte e quatro) horas por dia todos os dias da semana.

Podemos destacar:

Patrulhamento Comunitário: Funciona 24 (vinte e quatro) horas por dia todos os dias da semana.

Trata-se da realização de ronda por todas as vias do município, e, em casos suspeitos o indivíduo é abordado e conduzido às autoridades competentes. Esse trabalho conta com 03 (três) viaturas próprias, 05 (cinco) viaturas locadas, 06 (seis) motocicletas.

Central de Atendimentos: Funciona 24 (vinte e quatro) horas por dia todos os dias da semana, fazendo uso do número telefônico 153, por meio do qual qualquer cidadão contata a Guarda

Municipal de forma gratuita. Uma vez tendo recebido um chamado confecciona-se o Boletim Assistencial, e imediatamente se desloca destacamento para atendimento da ocorrência, o qual adota os procedimentos e protocolos de segurança previamente estabelecidos para cada caso.

Citamos aqui algumas ocorrências de mais relevância executadas pela Guarda Civil: 455 abordagens para averiguação, 152 armas brancas e outros foram retiradas de circulação, 06 apreensões de porte ilegal de arma de fogo, 22 cumprimentos de mandado de prisão em aberto, 15 atendimentos lei Maria da Penha, 23 tráficos de entorpecentes.

Patrulhamento Escolar: Desenvolve o policiamento preventivo e de orientação junto a comunidade escolar quanto ao uso dos serviços e equipamentos públicos da educação municipal, fazendo cessar, quando necessário, quaisquer atividades que violem as normas de saúde, sossego, higiene, funcionalidade e moralidade e outras de interesse coletivo, os agentes lotados nesta divisão realizam rondas periódicas em todas as escolas e centros de educação municipais, sendo que mais de 800 (oitocentos) atendimentos à comunidade escolar já foram registrados no período de 2022.

Patrulhamento Ambiental: Realizam visitas aos moradores e comércios locais, de maneira a contribuir com a segurança pública nessas comunidades. Temos a operação colheita que é feita todos os anos onde reforçamos presença nas regiões de produção agrícola, de maneira a garantir o escoamento seguro da produção. Essas operações acompanham o calendário específico das diferentes culturas agrícolas. Foram atendidas mais de 300 (trezentas) propriedades rurais no período de 2022.

### Operações e Eventos:

São realizadas diversas ações conjuntas com a Secretaria Municipal de Assistência Social na condução de moradores em situação de convívio nas ruas, garantindo o sucesso das conduções e também a segurança dos servidores envolvidos.

#### São realizadas ainda:

- \* ações conjuntas à Secretaria de Meio Ambiente na fiscalização e nos atendimentos aos chamados por perturbação de sossego, e dano ao meio ambiente.
- \* ações conjuntas à Secretaria Municipal de Obras visando à abordagem e fiscalização de vendedores ambulantes, de feiras livres e quanto ao uso ilegal do espaço público, o que contribuiu de forma significativa para manutenção da ordem pública e segurança dos servidores envolvidos nos trabalhos.

O Município de Linhares e a ACADEPOL - Academia de Polícia Civil ES, firmaram convênio de Cooperação Técnica de nº 001/22, para o Curso de formação da Guarda Municipal de Linhares.

O curso teve início em abril/2022, finalizando em 30 de setembro de 2022.

Somos conveniados ao Centro Integrado Operacional de Defesa Social – CIODES (complexo de urgência policial e de socorro no qual funciona um centro de atendimento multifuncional à população através do190), Enfrentamento a Violência Doméstica - NEVID, COPES – Muralha Eletrônica. A Muralha Eletrônica é um sistema de cerco eletrônico viário, de monitoramento de veículos, com identificação por placa, modelo e cor do veículo. O sistema vigiará 24 h as

Pregão Eletrônico nº 019/2024



entradas e saídas da cidade, além de pontos estratégicos, flagrando veículos com restrição de furto ou aqueles com fundada suspeita de uso por criminosos, além de possíveis automóveis e motos clonados. Ao todo, serão vários pontos e 62 pistas monitoradas, num link direto com a Central de Monitoramento da Guarda Municipal, que operará o sistema. O objetivo é reduzir furtos e roubos de veículos na cidade, mas também auxiliar no monitoramento de outros crimes.

Considerando o empenho do município de Linhares em combater a criminalidade, salientamos que ao longo desses 56 anos de existência, a Guarda Municipal atua firmemente no enfrentamento à violência.

A Gerência Estratégica da Guarda Civil Municipal possui convicção de que os agentes públicos que integram o seu quadro de servidores estão periodicamente sendo capacitados;

Considerando a quantidade de ocorrências atendidas, afirmamos que a GCM é órgão com importante contribuição para a ordem pública do município de Linhares, conforme os

atendimentos já listados acima, somente no ano de 2022.

Problemas a serem resolvidos:

Com a aquisição do rádio portátil: Déficit dos equipamentos a serem adquiridos para as atividades de patrulhamento e/ou de investigação/resgate/etc;

Os critérios de mensuração quantitativas adotadas serão 03 os parâmetros de aferição de resultados decorrentes do emprego dos recursos:

- a) a evolução dos incidentes criminais relacionados aos crimes violentos contra a pessoa (homicídio e tentativa de homicídio);
- b) a evolução dos principais crimes contra o patrimônio (furto/roubo a pessoa em estabelecimento comercial, furto/roubo de veículo, furto/roubo a coletivos, furto/roubo a pessoa em via pública, furto/roubo em residência e condomínio) e
- c) o incremento da realização de operações preventivas especializadas (operações de trânsito, operações ambientais e operações de repressão ao tráfico de entorpecentes). O método utilizado para aferição será a análise estatística do registro dos principais incidentes criminais nas áreas de emprego dos recursos, analisados em conjunto com as operações preventivas e operações repressivas de prevenção da criminalidade.
- O recurso adquirido será utilizado em ações preventivas de policiamento. Tais ações visam atender aos cidadãos Linharenses, através de patrulhamentos comunitários, e se necessário, de ações repressivas de urgência e emergência, como ações de reforço preventivo, operações de bloqueio e cerco tático, a fim de ampliar a ostensividade das ações da Guarda Civil Municipal de Linhares.

Com a aquisição de armamento: Déficit dos equipamentos a serem adquiridos para as atividades de patrulhamento e/ou de investigação/resgate/etc;

- Os critérios de mensuração quantitativas adotadas serão 03 os parâmetros de aferição de resultados decorrentes do emprego dos recursos:
- a) a evolução dos incidentes criminais relacionados aos crimes violentos contra a pessoa (homicídio e tentativa de homicídio);
- b) a evolução dos principais crimes contra o patrimônio (furto/roubo a pessoa em estabelecimento comercial, furto/roubo de veículo, furto/roubo a coletivos, furto/roubo a pessoa em via pública, furto/roubo em residência e condomínio) e
- c) o incremento da realização de operações preventivas especializadas (operações de trânsito, operações ambientais e operações de repressão ao tráfico de entorpecentes). O método utilizado para aferição será a análise estatística do registro dos principais incidentes criminais nas áreas de emprego dos recursos, analisados em conjunto com as operações preventivas e operações repressivas de prevenção da criminalidade.
- O recurso adquirido será utilizado em ações preventivas de policiamento. Tais ações visam atender aos cidadãos Linharenses, através de patrulhamentos comunitários, e se necessário, de ações repressivas de urgência e emergência, como ações de reforço preventivo, operações de bloqueio e cerco tático, a fim de ampliar a ostensividade das ações da Guarda Civil Municipal de Linhares.

### 7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS OBJETOS TERMINAL DE RÁDIO PORTÁTIL.

O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do(a) Autorização de Fornecimento/Contrato, em remessa única, na Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social no seguinte endereço Avenida João Felipe Calmon, 490 - Centro - Linhares – 29.900-229.

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Pregão Eletrônico nº 019/2024



Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 60 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

# 7.2. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS OBJETOS ARMAMENTO

O preço final deverá incluir todas as despesas referentes ao frete, aos tributos e aos demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.

A proposta deverá especificar: marca, modelo, fabricante, custos unitários e totais e, se possível, outras referências que bem identifiquem o(s) produto(s) cotado(s).

Prazo de validade da proposta de, no mínimo, sessenta dias.

O prazo para fornecimento dos materiais será de até 30 dias a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento/Contrato..

O objeto deste contrato será recebido pelo Diretor da GCM Linhares, no endereço: Rua João Francisco Calmon, 1.605 – Centro – Linhares – CEP 29.900-142.

# 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante:

- \* receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- \* verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- \* comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- \* Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- \* Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- \* A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

# Em relação aos rádios comunicação : lote 01

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

Pregão Eletrônico nº 019/2024



### Em relação ao armamento : lote 02 e 03

Entregar os equipamentos em prazo não superior ao máximo, na quantidade, qualidade e indicados nas especificações deste Termo, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em perfeitas condições.

Fornecer treinamento para 10 (dez) servidores indicados pela Diretoria de Segurança

Institucional e Gabinete Militar do TJMA, objetivando a manutenção em primeiro, segundo e terceiro escalão da referida objeto deste Termo:

Reparar, corrigir, remover ou substituir, a suas expensas, as partes do objeto que estiverem em desacordo com as especificações deste edital ou aqueles que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.

Substituir, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, o equipamento entregue com defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados, ou fora das especificações.

Atender prontamente à Secretaria Municipal de Segurança pública e Defesa Social do município de Linhares, durante o prazo de entrega e da garantia, quando solicitada.

Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência Contratual, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela Fiscalização.

Comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade referente à entrega dos equipamentos, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados.

Manter o Contratante informado quanto a eventuais mudanças de endereço, telefone, fax e email.

Manter, durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

A Secretaria Municipal de Segurança Publica e Defesa Social não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

### 09. SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### 10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### 11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

A execução do contrato será acompanhada e atestada pela Srª Nelcileia da Rocha dos Santos, representante da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Município e/ou por representante designado pela Administração nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar à execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, e sem o devido ateste dos representantes supracitados, não será permitido qualquer pagamento.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

### 12. PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos objetos, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados na **Nota Fiscal pelo contratado**.

Obs,: Na Nota Fiscal deverá constar o número do Convênio firmado com o Governo Federal, através do Ministério da Justiça, registrado na Plataforma Mais Brasil sob o nº XXXXX/20XX (Verificar na Plataforma Transferegov quando da contratação).

Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota

Pregão Eletrônico nº 019/2024



Fiscal, nos termos do art. 5°, § 3°, da Lei nº 8.666, de 1993.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

Previamente à emissão de nota de empenho e ao pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Nos casos de eventual atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

 $EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I =

(6/100)I = 0.00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

#### 13. REAJUSTE

O Contratante pagará à Contratada o valor arrematado no certame, e nele deverão estar inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra, instalações e quaisquer despesas

Pregão Eletrônico nº 019/2024



inerentes à execução do objeto do contrato.

# 14. GARANTIA DE EXECUÇÃO

Comprovação de que o licitante forneceu, sem restrição, produto igual ou semelhante ao indicado no Anexo I do edital. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo

1 (um) atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão comprador, compatível com o objeto desta licitação.

Provar por meio de Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observada a data de validade definida no instrumento.

No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão negativa de falência para fins de habilitação, deverá apresentar data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.

Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação constantes neste edital.

Declaração de que inexiste, no quadro funcional da empresa, menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de dezesseis anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (Lei 9.854/1999), conforme modelo constante no Anexo II do Edital.

Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/2006:

- \* Comprovante de opção pelo Simples obtido no site do Ministério da Fazenda, ou do site do SINTEGRA, desde que o comprovante de fato ateste a opção pelo Simples.
- \* Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do art. 3º da LC 123/2006.

### 15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Se o licitante desistir de sua proposta ou não a mantiver após a abertura dos envelopes da proposta de preço, falharem ou fraudarem na execução do contrato/ordem de fornecimento, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa no certame, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas as sanções descritas no edital.

#### 16. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

16.1 O critério de julgamento da proposta dos aparelhos terminal de Rádio e armamento será de MENOR PREÇO POR LOTE, em conformidade com o estabelecido no ato convocatório pela Comissão de Licitação, de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações;

O julgamento da licitação deverá ser por lote, sendo dividido em 03 lotes, para melhor gestão dos contratos pois os equipamentos a serem adquiridos, por exemplo no lote 01, devem ser fornecidos por um único fornecedor tendo em vista a complexidade de realizar a divisibilidade do objeto do lote 01 considerando que os dois equipamentos devem interagir(conversar entre si) a partir do momento que forem programados na nossa central de rádio comunicação.

### 17. PRAZO DE ENTREGA E GARANTIA

Prazo de entrega: Conforme informações contidas nos itens 7 deste Termo.

### 18. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA ARREMATANTE/VENCEDORA

- 18.1 A empresa vencedora obrigar-se-á a cumprir o Contrato, este edital e as disposições de sua proposta.
- 18.2 A empresa licitante declarada vencedora deverá apresentar os documentos exigidos no Edital e TR, no prazo de 03 (três) horas; ficará na responsabilidade da secretaria quanto o ateste no atendimento da documentação.
- 18.2.1 Os licitantes deverão apresentar Certificado de registro emitido pela Diretora de Fiscalização de Produtos Controlados do Comando Logístico do Exército Brasileiro conforme Decreto R-105 de 03 de novembro de 2.015.

Pregão Eletrônico nº 019/2024



- 18.2.2 Os licitantes deverão constar em sua proposta comercial o FABRICANTE e o MODELO, do objeto ofertado. Também deverá ser explicitada a GARANTIA dos equipamentos, a qual deverá atender ao disposto em tópico específico do presente Termo de Referência.
- 18.2.3 O arrematante deverá apresentar junto com a proposta comercial, para análise e parecer técnico do órgão requisitante, cópias visíveis dos manuais, catálogos e instruções que permitam uma perfeita identificação do produto ofertado, descrito em língua portuguesa ou traduzido.
- 18.2.4 As licitantes participantes, para fins de classificação de sua proposta e aceitação da marca, deverão anexar CATÁLOGO OU FICHA TÉCNICA OU LAUDOS E/OU OUTROS DOCUMENTOS que possibilitem aferir que o material/produto ofertado corresponde exatamente às especificações do item licitado (em Língua Portuguesa).
- 18.2.5 Caso o produto não atenda a especificação do edital, a empresa será desclassificada, sendo neste caso convocado os demais licitantes, respeitando a ordem de classificação resultante do Certame realizado.
- 18.2.6 Nos preços propostos deverão estar incluídos, além da margem de lucro da Contratada, todas as despesas e custos, como por exemplo: Instalações, transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
- 18.3 Os prospectos da empresa declarada arrematante/vencedora, constantes no item 20.2 e seus subitens deste edital, ficará na responsabilidade da secretaria quanto o ateste no atendimento da documentação.
- 18.4 O licitante vencedor será convocado pela Administração para assinatura do termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito de contratação conforme estipulado nos art. 64 e 81 da Lei nº 8.666/93.

#### 19. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ARMAMENTO.

- a) Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestado expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da empresa licitante que demonstre o fornecimento de armas de fogo.
- b) Os licitantes deverão apresentar Certificado de registro emitido pela Diretora de Fiscalização de Produtos Controlados do Comando Logístico do Exército Brasileiro conforme Decreto R-105 de 03 de novembro de 2.015.

Município de Linhares, 17 de novembro de 2023

Aline de Oliveira Cutini Egert – Matrícula Funcional 011969 Responsável pela elaboração do Termo de Referência

> Ciente e aprovo, JONES DA SILVA DE FREITAS MATTOS Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social

Pregão Eletrônico nº 019/2024 Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC



# **RELAÇÃO DOS MATERIAIS A SEREM ENTREGUES**

Ítem	LOTE	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	V Total
Ítem 00001	LOTE 001	Especificação  TERMINAL DE RADIO PORTATIL DMR MOVEL COM GPS. Terminal de Rádio Portátil DMR MÓVEL COM GPS Contendo: Cada conjunto de rádio móvel VHF deverá ser composto por: 01 (um) equipamento rádio transmissor-receptor; 01 (um) módulo GPS integrado ao equipamento; 01 (um) microfone de mão com tecla de transmissão; 01 (um) conjunto de cabo de alimentação e suporte de fixação; 01 (um) alto-falante frontal; 01 (uma) antena whip ¼ de onda, 0 dB de ganho, para fixação no teto do veículo; 01 (uma) antena GPS; Para 01 rádio móvel VHF, do total a ser adquirido, deverá ser considerada uma instalação fixa em prédio, onde toda a infra-estruturar será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Linhares. Deverá ser considerado para esta instalação fixa: 01 (uma) antena PT 0 dB de ganho; 01 (um) suporte para fixação da Antena; 01 (um) suporte para fixação da Antena; 01 (um) kit cabo coaxial RG-213 com conectores (25 mts) 01 (um) centelhador coaxial 01 (um) centelhador coaxial 01 (uma) fonte de alimentação DC. Características Gerais Fácil manuseio e operação; Controles do painel: Chave liga/desliga, controle de volume, seleção de canais, alto-falante frontal, conector de microfone, sinalização luminosa, teclas programáveis. Display colorido em cristal líquido com tela colorida com no mínimo 4 linhas multi-segmentado com rolamento, para			Unitário 8.414,56	V Total 126.218,40
		exibição de mensagens de texto recebidas, verificação dos ícones de status e visualização de mensagens de				
		envio; Indicação de status operacionais: - indicação de intensidade do sinal				

Pregão Eletrônico nº 019/2024



		1		
receb				
	itoração			
	l de potência			
	desativados			
	S disponível			
- GPS	S indisponível			
- varre	edura			
- men	sagem não lida			
- caix	a de entrada cheia			
- eme	ergência			
	acidade			
	unicação direta			
	mada individual			
	mada em grupo			
	nada geral			
	sagem enviada com êxito			
	a de envio de mensagem			
	isagem em andamento			
	de frequência: 148 a 174 MHz			
	çamento de canais: 12.5KHz			
	ero de canais: o transceptor deve			
	tir, no mínimo, a programação de			
	(um mil) canais;			
	bilidade de configuração de até 64			
zonas				
	dura de canais;			
	de serviço: simplex e semi-duplex;			
	ntação: 13.8 Vcc ± 15%, com			
	ivo à massa;			
	bilidade de transmissão de voz e			
	s (mensagens pré-programadas);			
	ar em tecnologia digital que permita			
	conversações simultâneas em um			
	canal de 12.5 KHz;			
	colo digital deverá ser no padrão			
DMR	(rádio móvel digital) do ETSI			
(Instit	uto Europeu de Normas de			
Telec	omunicações);			
Tecno	ologia: TDMA;			
Padrõ	bes militares STD/810 C,D,E,F e G;			
Dever	rá permitir roaming automático			
(perm	nitirá que o usuário se desloque ao			
	do trecho sem a necessidade de			
	nça manual do canal);			
	rá possuir privacidade avançada			
	ptação): mínimo RC40 bits;			
	rá ter possibilidade de interrupção			
de	transmissão: possibilidade de			
	alar instantaneamente em uma			
	ersação em andamento, para			
	artilhamento de informação crítica			
para	o grupo;			



		,	T.	
	Modulação: 4FSK (digital);			
	Tipo de Emissão: 7K60F1W;			
	Espaçamento de canais: 12,5KHz com			
	programação dentro da faixa acima;			
	Tecnologia baseada em			
	microprocessador;			
	Controle de RF (Radiofreqüência) através			
	de sintetizador eletrônico;			
	Proteção eletrônica contra:			
	Variação de impedância de RF por			
	descasamento da antena;			
	Excesso de potência do transmissor			
	acima do limite nominal do modelo, e			
	Acionamento contínuo do transmissor por			
	tempo superior ao permitido, reciclável			
	em cada acionamento, com aviso sonoro			
	ao usuário de "tempo esgotado" (T.0.T.),			
	sendo programável, externamente via			
	computador PC.			
	Memória eletrônica para			
	programação/reprogramação da(s)			
	frequência(s) de operação e dos recursos			
	operacionais, por acesso externo via			
	computador PC.			
	Características Mecânicas			
	Montagem em gabinete apropriado para			
	operação em veículos;			
	Gabinete à prova de umidade, corrosão e			
	vibrações mecânicas;			
	Ergometria de fácil visualização e acesso			
	aos controles do painel;			
	Acústica com boa resposta de áudio do			
	alto falante;			
	Identificações no corpo do equipamento:			
	Número de série do equipamento			
	gravado no equipamento			
	Selo identificando o número de			
	certificação junto a ANATEL			
	Dissipação térmica: compatível com o			
	calor gerado dentro do regime			
	intermitente da operação (20% TX e 80%			
	RX), e			
	O transceptor deverá possuir um			
	conector no painel traseiro,			
	disponibilizando pelo menos, os			
	seguintes pontos:			
	- saída para alto-falante externo			
	- entrada de áudio de transmissão			
	- saída de áudio de recepção			
	- entrada para colocar o transceptor em			
	modo transmissão			
	- saída programável com a função de			
1	zama programator com a rangac do	l		



	alarme externo				
	- entrada programável com a função de				
	detecção de ignição - terra				
	Especificação de Transmissores				
	Potência nominal de RF (mínima): 45				
	Watts com redução por ajuste				
	programável via PC até 25W;				
	Estabilidade de freqüência (-30°C a				
	+60°C): melhor ou igual a ± 1.5 ppm;				
	Consumo em transmissão: máximo de				
	14.5 Ampères para potência plena (em				
	CC); Resposta de áudio: TIA603D;				
	Distorção de áudio: melhor ou igual a				
	3%;				
	Vocoder digital: AMBE 2+.				
	Especificação dos receptores				
	Sensibilidade digital: melhor ou igual a				
	0.30 uV @ 5% BER;				
	Estabilidade de freqüência (-30°C a				
	+60°C): melhor ou igual a ± 1.5 ppm;				
	Seletividade: melhor ou igual a 50 dB @				
	12.5 KHz;				
	Intermodulação: melhor ou igual a 75 dB;				
	Rejeição de espúrios: melhor ou igual a				
	75 dB;				
	Saída de áudio: mínimo de 3 Watts				
	Recursos de Sinalização e Controle				
	Chamadas em grupo				
	Chamada privada Monitor remoto				
	PTT-ID				
	Inibição do rádio				
	Verificação do rádio				
	Alerta de chamada				
00002 001	TERMINAL DE RADIO PORTATIL DMR	UND	35	3.843,61	134.526,35
,000_	SEM VISOR COM GPS.	0.12		,-	
	Terminal de Rádio Portátil DMR sem				
	visor com GPS				
	Contendo:				
	Cada conjunto de rádio portátil VHF				
	deverá ser composto por:				
	01 (um) equipamento rádio transmissor-				
	receptor;				
	01 (um) módulo interno GPS;				
	01 (uma) capacidade de roaming				
	automático;				
	01 (uma) antena tipo heliflex				
	` '				
		Į.			
	emborrachada;	i			
	01 (uma) bateria de Li-lon de alta				
namão Flataŝais	01 (uma) bateria de Li-lon de alta capacidade 1800mAh;				
regão Eletrônico nº	01 (uma) bateria de Li-lon de alta capacidade 1800mAh;				
	01 (uma) bateria de Li-lon de alta capacidade 1800mAh;	) - LINHARES -	ES - CEP: 2990	0-192 -	
	01 (uma) bateria de Li-lon de alta capacidade 1800mAh; 019/2024 itações, Compras e Contratos - DLCC  AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone:	(27) 3372- 6817	7 / 3372- 6830	0-192 -	
	01 (uma) bateria de Li-lon de alta capacidade 1800mAh; 019/2024 itações, Compras e Contratos - DLCC  AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO	(27) 3372- 6817	7 / 3372- 6830	0-192 -	



	01 (um) carregador singelo de bateria,		
	Bivolt;		
	01 (um) clip para cinto;		
	01 (um) estojo de couro com alça a		
	tiracolo;		
	01 (um) manual de operação em		
	` · ·		
	português;		
	01 (um) Microfone e alto falante remoto;		
	01 (uma) Bateria sobressalente de Li-Ion		
	de alta capacidade		
	2000mAh.		
	Características Gerais:		
	Fácil manuseio e operação		
	Antena heliflex;		
	Faixa de freqüência: 148 a 174 MHz;		
	Opera em Digital e Analógico;		
	Espaçamento de canais: 12.5 KHz;		
	Potência mínima 5W em VHF;		
	Número de canais mínimo: 32 (trinta e		
	dois);		
	Possibilidade de configuração de até 2		
	zonas;		
	04 botões programáveis;		
	Varredura de canais;		
	Tipo de serviço: simplex / semi-duplex;		
	Alimentação: bateria recarregável de		
	alta-capacidade, de no mínimo 2000 mA,		
	do tipo íon lítio, com autonomia mínima		
	de 16 (dezesseis) horas em modo digital,		
	conforme ciclo de trabalho (5/5/90);		
	Possibilidade de transmissão de voz e		
	dados (GPS) Operar em modo digital		
	com tecnologia TDMA (2 time slots). O		
	protocolo digital deverá ser no padrão		
	aberto DMR (rádio móvel digital) do ETSI		
	(Instituto Europeu de Normas de		
	Telecomunicações);		
	Padrões Militares STD 810 C, D, E, F e		
	G;		
	Atendimento à característica de grau de		
	proteção IP67;		
	Deverá possuir módulo GPS incorporado		
	no equipamento;		
	Deverá ter anúncio de canal por voz;		
	Deverá permitir roaming automático		
	(permitirá que o usuário se desloque ao		
	longo do trecho sem a necessidade de		
	mudança manual do canal);		
•	-	•	



MARIE				
	Deverá ter possibilidade de interrupção			
	de transmissão: possibilidade de			
	intercalar instantaneamente em uma			
	conversação em andamento, para			
	compartilhamento de informação crítica			
	para o grupo.			
	Deverá possuir privacidade avançada			
	Modulação: 4FSK (digital);			
	Tipo de Emissão: 7K60F1W;			
	Espaçamento de canais: 12,5 KHz com			
	programação dentro da faixa acima;			
	Tecnologia baseada em			
	microprocessador;			
	Controle de RF (Radio frequência)			
	através de sintetizador eletrônico;			
	Capacidade de 2 slots reais no modo			
	direto (ponto a ponto);			
	Proteção eletrônica contra:			
	Variação de impedância de RF por			
	descasamento da antena;			
	Excesso de potência do transmissor			
	acima do limite nominal do modelo;			
	Acionamento contínuo do transmissor por			
	tempo superior ao permitido, reciclável			
	em cada acionamento, com aviso sonoro			
	ao usuário de "tempo esgotado" (T.0.T.),			
	sendo programável, externamente via			
	computador PC.			
	Memória eletrônica para			
	programação/reprogramação da(s)			
	frequência(s) de operação e dos recursos			
	operacionais, por acesso externo via			
	computador PC.			
	Especificação dos Transmissores			
	Potência nominal de RF: 5W com			
	redução por ajuste programável via PC			
	para 1W.			
	Estabilidade de frequência (-30°C a			
	+60°C): melhor ou igual a ± 1.5 ppm;			
	Distorção de áudio: melhor ou igual a			
	3%;			
	Vocoder digital: AMBE 2+;			
	Protocolo ETSI TS 102 361-1,-2,-3;			
	Especificação dos Receptores			
	Estabilidade de frequência (-30°C a			
	+60°C): melhor ou igual a ± 0.5 ppm;			
	Sensibilidade (analógica): melhor ou			
	igual a 0,3mV 0,22mV @ 12 Db SINAD;			
I	0.04.0/2024	I	IL.	<u> </u>



LINHARES						
		Sensibilidade (digital): melhor ou igual a 0,25 uV @ 5% BER; Seletividade: melhor ou igual a 70 dB @ 25 KHz; melhor ou igual a 60 dB @ 12.5 KHz. Rejeição a espúrios: melhor ou igual a 70 dB; Potência de áudio: 500mW Especificação do GPS TTFF(Tempo para o primeiro ponto fixo) arranque a frio: < 60 segundos; TTFF(Tempo para o primeiro ponto fixo) arranque a quetnte: <10 segundos; Precisão Horizontal: < 5 metros. Recurso de sinalização e controle Chamadas em grupo Chamada privada Monitor remoto PTT-ID Inibição do rádio Verificação do rádio Alerta de chamada Transmissão de Interrupção Alarme de emergência				
		Valor Total Lote 1				260.744,75
00001 Pregão El	002	ESPINGARDA NO CALIBRE 12 Espingarda de repetição calibre 12, de fabricação e procedência nacional. E/ou internacional.  01 Kit de limpeza por arma; 01 Kit de ferramenta a cada 10 armas.  CARACTERÍSTICAS GERAIS:  Com sistema de ação deslizante (PUMP); Cano de alma lisa com mínimo 14 e máximo 20 polegadas de comprimento e quebra- chamas; Capacidade de 08 cartuchos carregados (12/70), sendo o depósito (carregado) para 07 cartuchos, mais 01 na câmara ou 07 cartuchos carregados Magnum (12/76.2), sendo o depósito;  Coronha retrátil com no mínimo 3 e máximo de 6 posições e com sistema de amortecimento de recuo;	UND	15	7.722,37	115.835,55



Soleira de borracha removível e alojamento para pilhas, fabricada em polipropileno com fibra e estrutura em alumínio, telha em polipropileno com fibra de vidro;	
Trava de segurança ambidestra tipo botão com banda vermelha de alerta;	
Trilho picatinny em alumínio fixado no receptáculo e trilho picatinny triplo fixado no tubo do depósito;	
Aparelho de pontaria com alça do tipo "ghost ring" com regulagem vertical e horizontal e massa de mira em aço com proteção lateral;	
Guarda mato e receptáculo em alumínio;	
Dispositivo para desmuniciamento do depósito sem acionamento da telha;	
Choque cilíndrico (CYL);	
Extrator duplo;	
Câmara de 03 polegadas;	
Bandoleira em nylon de 3 pontos, com largura de 35 mm;	
DESCRIÇÃO COMPLETA	
NO TR.	
	15.835,55
Pistola semiautomática com sistema de operação mecânica em ação dupla ou híbrida, striker ?re, com peso e curso de gatilho constante do primeiro ao último disparo, não se considerando variações intra disparo (durante um único disparo) e sim inter disparos (comparandose o primeiro com os demais disparos); conforme item 4.2 e 4.3 da NTSENASP nº 001/2020.	90.865,10
CARACTERÍSTICAS GERAIS OBRIGATÓRIAS: Sistema de operação mecânica em ação	



dupla ou híbrida, striker fire com peso e curso de gatilho constante do primeiro ao último disparo, não se considerando variações intra disparos (durante um único disparo) e sim Inter disparos (comparando-se o primeiro com os demais disparos).

Armamento deve estar apto ao uso de munições nacionais e importadas. dentro do calibre especificado, 124gr, hollow point, com velocidade mínima de 350m/s, para o calibre 9x19mm, que atendam à norma SAAMI (Sporting Arms and Ammunition manufacturers Inst ute) Z 299.3-2015 ou homologadas de acordo com a

C.I.P (Commission internationale permanente pour lépreuve des armes à feu porta ves) - HOMOLOGATION Lista de TDCC - Tab IV - cartuchos para pistolas e revólveres, no que se refere aos aspectos de dimensões, pressão e velocidade para pistolas de fogo central.

Deverá possuir acabamento de primeira linha. sem sinais de corrosão. imperfeições, rebarbas e/ou sobras de materiais que evidenciem falta de qualidade no processo fabril, a fim de evitar ferimentos nos usuários, falhas de funcionamento e de procedimento.

A manutenção de primeiro escalão deverá ser de fácil realização pelo usuário, sem o uso de ferramentas, bem apresentar dificuldade como. montagem equivocada em primeiro escalão: assim. no caso desta possibilidade afetar a função e/ou a segurança, a arma deve ser reprovada.

Recomenda-se que cada arma deverá dispor de um total igual ou superior a 03 (três) carregadores, além de acondicionada em uma maleta armazenamento e transporte (case rígido próprio), contendo um kit para manutenção e limpeza, bem como o seu manual em língua pátria.

Pregão Eletrônico nº 019/2024 Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC



DESCRIÇÃO COMPLETA NO TR.					
Valor Total Lote 3					
			Valor Total	567.445,40	



# PREGÃO ELETRÔNICO Nº ----/2024 ANEXO II

(MINUTA) CONTRATO Nº / 2024

TERMO DE CONTRATO FIRMADO NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES, QUE ENTRE SÍ FAZEM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE LINHARES-ES, E DE OUTRO LADO A FIRMA "VENCEDORA DO PREGÃO ELETRONICO Nº -----/2024, CONFORMIDADE COM O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ------/20-

Por este instrumento particular de contrato que entre si fazem, de um lado o Município de LINHARES, ES, pessoa jurídica de Direito Público, com sede à Avenida Augusto Pestana, 790, Centro, Linhares - ES, devidamente inscrito no C.N.P.J (MF) sob o nº ------, neste ato representado pelo(a) Secretaria Municipal de ...... portador do CPF (MF) nº ------, residente e domiciliado(a) à ------, neste instrumento denominado simplesmente CONTRATANTE e, do outro, a empresa ------, estabelecida à------, estabelecida à---------, devidamente inscrita no CNPJ (MF) nº ------, representada legalmente neste ato pelo Sr (a) --------, portador(a) do CPF (MF) n° -----, residente e domiciliado(a) à ------, adiante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o julgamento datado de ----, referente ao Pregão Eletrônico Nº ----/2024, devidamente homologado pela Secretaria Municipal de -----, no processo nº ------/20---, têm entre si, justos e contratados, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei N 10.520/2002 e Lei n. 8.666/93 e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a aquisição de Armamento e rádios de comunicação para aparelhar, modernizar e reestruturar a Guarda Civil Municipal de Linhares, de acordo com o Convênio nº: 947680/2023, conforme disposto na Licitação Pregão Eletrônico Nº ----/2024 cujo edital consta no Processo Administrativo nº 024482/2023, conforme proposta anexa.

### PARÁGRAFO ÚNICO - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A entrega dos materiais obedecerá ao estipulado neste Contrato e às disposições da Lei n.º 8.666/93, à qual se encontra vinculado, bem como às disposições contido na Licitação Pregão Eletrônico Nº ----/2024, além das obrigações assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA e dirigida à CONTRATANTE, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato, no que não o contrarie.

Pregão Eletrônico nº 019/2024 Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

> AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830

1800 COUNTRIES TO AS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPIRITO SANTO

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

2.1 A CONTRATANTE obrigam-se a:

a) assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;

b) fornecer à contratada todas as informações necessárias visando propiciar a perfeita entrega dos materiais;

c) promover, por meio do servidor designado pela Secretaria competente, o acompanhamento e a fiscalização dos

serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu

critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada;

d) efetuar o pagamento à empresa contratada, até 30 (trinta) dias, após a certificação das Notas Fiscais pela Secretaria

Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, de acordo com as condições de preço e pagamento estabelecidos no

Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 ACONTRATADA obriga-se a entrega dos materiais obedecendo rigorosamente o disposto no edital do Pregão

Eletrônico Nº ----/2024, que, independentemente de transcrição, faz parte integrante e complementar deste contrato.

3.2 A CONTRATADA obriga-se, ainda, a:

a) Entregar os fornecimentos conforme estabelecido no contrato e de acordo com as necessidades da Secretaria

requisitante, fiscalizando-os juntamente com o servidor especialmente designado para essa tarefa.

b) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as

condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

c) Dispor de equipamento, material e pessoal especializado e no quantitativo necessário ao cumprimento do objeto

contratado, respeitando as normas de higiene e segurança no trabalho.

d) Indenizar o CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoais ou materiais, quando resultantes de ação ou omissão,

negligência, imprudência ou imperícia dos seus empregados ou prepostos, bem como reparar, corrigir, remover ou

substituir as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, quando constatados vícios, defeitos ou

incorreções resultantes da má execução ou de materiais empregados.

e) Arcar com o pagamento de taxas, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, bem como

seguros, desde que resultantes da contratação com o Município.

f) Credenciar, junto a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social, um representante para prestar

esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato.

g) Emitir, Nota fiscal/fatura discriminativa contendo os serviços prestados, devidamente atestados por servidor

credenciado, onde o CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes as multas ou

indenizações devidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos do edital, desde que não haja nenhum fato

impeditivo.

Pregão Eletrônico nº 019/2024



- h) Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da legislação vigente.
- i) Entregar os materiais/Executar os serviços de acordo com as condições e prazos propostos.
- j) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante.
- k) Considerando a obrigatoriedade de publicação dos contratos devidamente assinados no Portal de Transparência, para atendimento da Lei nº 12.527/11 de 18/11/11 (Lei Acesso a Informação) e a Lei Complementar nº 131/2009 de 27/05/2009, necessário se faz a **assinatura digital dos contratos** a serem celebrados com o Município. (Certificado Digital).

# CLAUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO:

4.1 A execução do contrato será acompanhada pelo servidor **Srº Nelcileia da Rocha dos Santos**, designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, que deverá atestar à execução do objeto contratado, observadas as disposições deste contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

### CLÁUSULA QUINTA - PREÇO E PAGAMENTO

- 5.1 O preço global do fornecimento é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme proposta comercial de preços unitários da contratada, constante da Planilha de Formação de Preços do termo de referência Edital, apresentada pela contratada, anexada ao presente contrato.
- 5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### PARÁGRAFO PRIMEIRO

A CONTRATANTE efetuará o pagamento, à CONTRATADA, pelos produtos efetivamente fornecidos, de acordo com a importância constante da respectiva nota fiscal/fatura

O pagamento será feito mediante depósito bancário na conta corrente da CONTRATADA, no banco e respectiva agência mencionadas em sua proposta, até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade do bem, cumprindo o fornecedor as etapas estabelecidas no Edital/Empenho, cabendo ao contratado comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para habilitação no certame licitatório.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

 $EM = I \times N \times VP$ , sendo:

Pregão Eletrônico nº 019/2024 Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC



EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0, 00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = (6 / 100) \qquad I = 0,00016438$$

$$TX = Percentual da taxa anual = 6%$$

$$365$$

A **CONTRATADA** deverá informar no corpo da Nota Fiscal/Fatura o número do Pregão, número do Processo, número do Empenho e número da Autorização de Fornecimento.

### PARÁGRAFO SEGUNDO

OCONTRATANTE, na condição de TOMADORA DOS SERVIÇOS, reterá o ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza) de todos os prestadores de acordo com a lista de serviços contida na Lei Complementar nº 10/2011, Lei Complementar nº 012/2012, Decreto nº 1246/2013 e Lei Complementar nº 046/2017.

### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

### **PARÁGRAFO QUARTO**

Não serão aceitas cobranças realizadas através de títulos colocados em cobrança através de banco ou outra instituição do gênero.

## **PARÁGRAFO QUINTO**

Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

A CONTRATADA deverá requerer o reajuste, se assim entender necessário, após o transcurso de 01 (um) ano, contados da apresentação da proposta, nos termos do artigo 40, inciso XI da Lei nº 8.666/93.

O índice a ser utilizado para o reajuste será o INPC/IBGE ou por outro índice oficial que vier substituí-lo, acumulado durante o período.

O reajuste será realizado por apostilamento.

### CLÁUSULA SEXTA - DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

6.1 As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária própria consignada no orçamento municipal para o exercício de 2024 e subseqüentes, a saber:

Pregão Eletrônico nº 019/2024



12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL.

12.01.06.572.0039.2.239 – AMPLIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E APRIMORAMENTO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL E DE ATIVIDADES TÉCNICAS OPERACIONAIS

4.4.90.52.000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - FICHA 125

RECURSOS: CONVÊNIOS DA UNIÃO

### PARÁGRAFO ÚNICO

Para a cobertura das despesas relativas ao presente contrato, serão emitidas Notas de Empenho, à conta das dotações especificadas nesta cláusula.

# CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DURAÇÃO

- 7.1 O contrato terá sua vigência no período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da legislação.
- 7.2 O contrato estará vigente a partir de sua assinatura.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA DOS MATERIAIS:

- 8.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do(a) Autorização de Fornecimento/Contrato, em remessa única, na Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social no seguinte endereço Avenida João Felipe Calmon. 490 Centro Linhares 29.900-229.
- 8.2 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 8.3 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 8.4 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-seá como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 8.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.6 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados,



# CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO

9.1 Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados nos artigos 58, I, e 65 da Lei nº 8.666/93.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Se a Contratada descumprir as condições deste Contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e Decreto n.º 10.024/2019, como falharem ou fraudarem na execução do contrato/ordem de fornecimento, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa no certame, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Pública Municipal.

10.1.1.Advertência - nos casos de:

- a) Desistência parcial da proposta, devidamente justificada;
- b) Cotação errônea parcial ou total da proposta, devidamente justificada.
- 10.1.2. Multa nos seguintes casos e percentuais:
- a) Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento até 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total contratado;
- b) Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento, superior a 30 (trinta) dias: 15% (quinze por cento) sobre o valor global contratado, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual;
- c) Por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
- d) Recusa do adjudicatário em receber o contrato/ordem de fornecimento, dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
- e) Por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Fornecimento: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente.
  - 10.1.3. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Linhares/ES, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - I não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
  - II não entregar a documentação exigida no edital;
  - III apresentar documentação falsa;
  - IV causar o atraso na execução do objeto;
  - V não mantiver a proposta;
  - VI falhar na execução do contrato;
  - VII fraudar a execução do contrato;
  - VIII comportar-se de modo inidôneo;

Pregão Eletrônico nº 019/2024



- IX declarar informações falsas; e
- X cometer fraude fiscal
- a) Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento superior a 31 (trinta e um) dias: até 03 (três) meses:
- b) Por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: até 01 (um) ano;
- c) Por recusa do adjudicatário em assinar/receber o Contrato/Ordem de Fornecimento, dentro de até 05 (cinco) dias úteis da data da convocação: até 01 (um) ano;
- d) Por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Compras: até 02 (dois) anos;
  - 10.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes
- 10.2.. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública e a Declaração de inidoneidade será declarado em função da natureza e gravidade da falta cometida e serão aplicadas pelo Prefeito Municipal, as demais sanções pelo Gestor/Fiscal do Contrato.
- 10.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 10.4. Da aplicação das penalidades definidas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação.
- 10.4.1. O recurso será dirigido a autoridade competente que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis.
- 10.5. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração, apresentado a autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.
- 10.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO - DO DESCONTO DO VALOR DA MULTA

As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante, ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela Contratada mediante depósito em conta corrente da Contratante, dentro de 05 (cinco) dias a contar da intimação, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 Poderá o presente contrato ser rescindido no todo ou em parte, a qualquer momento, caso ocorram os motivos constantes dos artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Pregão Eletrônico nº 019/2024 Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC 100 OAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES ESPIRITO SANTO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICIDADE

12.1 O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial do Estado, conforme o disposto no art. 61, parágrafo

único, da Lei nº 8.666/93, correndo as despesas por conta da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

13.1 As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre

desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios

digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 e Decreto

Municipal 1.693 de 19 de dezembro de 2022).

13.1.1 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos

artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos,

específicos, explícitos e informados ao titular.

13.2 A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e

base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o

cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

13.2.1 A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham

acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

13.2.2 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento,

indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do MUNICÍPIO DE

LINHARES, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

13.3 A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a

proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim

de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda,

alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco

ao qual o objeto do contrato ou o MUNICÍPIO DE LINHARES está exposto.

13.4 A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles

compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

13.4.1 A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias do MUNICÍPIO DE LINHARES e disponibilizar

toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de

proteção de dados.

13.4.2 A CONTRATADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO DE LINHARES, sempre que solicitado, toda e qualquer

informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na

contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais

aplicáveis.

Pregão Eletrônico nº 019/2024



13.5 A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição ao MUNICÍPIO DE LINHARES, mediante solicitação.

13.5.1 A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do MUNICÍPIO DE LINHARES, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

13.6 A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

13.6.1: Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

13.7 A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

13.8 A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato ao MUNICÍPIO DE LINHARES a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a qualquer Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

13.8.1 A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

13.9 Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo MUNICÍPIO DE LINHARES, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou fisico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

13.10 A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela Autoridade Nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo MUNICÍPIO DE LINHARES para as finalidades pretendidas neste contrato.

13.11 A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo MUNICÍPIO DE LINHARES.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 As controvérsias decorrentes deste contrato serão dirimidas no foro da Comarca de Linhares, Estado do Espírito Santo,

Pregão Eletrônico nº 019/2024

Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 - CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830



nos termos do art. 99, I, do Código de Processo Civil, c/c o art. 109, I, da Constituição Federal.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato lavrado em quatro vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Linhares - ES, de	de
	MUNICÍPIO DE LINHARES – ES
	SECRETARIA MUNICIPAL DE
	CONTRATANTE
	CONTRATADA
TESTEMUNHAS:	
1	
2	



# PREGÃO ELETRÔNICO Nº ----/2024

#### **ANEXO III**

### PROPOSTA COMERCIAL

### 1. Planilha de Formação de Preços

ITEM	LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA/MODELO/FABRICANTE	QUANT	V. UNIT.	V. TOTAL
1.	1.						
2.	2.						
TOTAL ESTIMADO DA AQUISIÇÃO							
Os valores unitários e totais da proposta deverão ser preenchidos preferencialmente em algarismo e por							
autonos, mara cada lata catada							

extenso, para cada lote cotado. Valor Total da proposta por extenso: Prazo de validade da proposta: \_\_\_\_\_ DECLARO que nos preços ora propostos e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances, estão incluídos todos os custos que se fizerem indispensáveis à perfeita entrega dos materiais objeto desta proposta. Razão Social: Endereço:\_\_\_ Telefones: FAX: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_\_ Nome do representante legal para assinatura do contrato: \_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_Ident. \_\_\_\_\_ Domicilio e cargo na empresa \_\_\_\_\_ Profissão:

Assinatura do Representante Legal

Pregão Eletrônico nº 019/2024 Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC

> AVENIDA AUGUSTO PESTANA, 790 - CENTRO - LINHARES - ES - CEP: 29900-192 -CNPJ: 27.167.410/0001-88 - Telefone: (27) 3372- 6817 / 3372- 6830 E-mail: pregao@linhares.es.gov.br / www.linhares.es.gov.br



# PREGÃO ELETRÔNICO Nº ----/2024

### **ANEXO IV**

# DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Para fins de participação na licitação realizada na r	modalidade Pregão Eletrônico nº	/2024, a(o) <u>(nome da</u>
Empresa), Inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa	a Jurídica - CNPJ sob nº , sediada	(o) (Endereço completo), declara,
sob as penas da lei, que cumpre os requisitos estab	pelecidos no artigo 3º da Lei Comp	olementar nº 123/2006 e, que essa
Empresa está apta a usufruir do tratamento favoreci	do estabelecido nos artigos 42 ao	49 da referida Lei.
Declara ainda a intenção de usufruir, caso necessite	e, do prazo de regularização fiscal	previsto nos artigos 43, § 1º da Lei
Complementar nº 123/06, estando ciente de que	a não regularização da documen	tação no prazo previsto implicará
decadência do direito à contratação, sem prejuízo da	as sanções previstas no art. 81 da	Lei 8.666/93.
Linhares, de	_ de	
(sócio administrador)		



# PREGÃO ELETRÔNICO Nº --/2024

### **ANEXO V**

# **MODELO DE DECLARAÇÃO**

# SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVA PARA HABILITAÇÃO NA PRESENTE LICITAÇÃO

		(nome	da	empresa),	CNP
N°	_,sediada na		(endere	eço completo), de	eclara, sol
as penas da lei,	que até a presente	data inexistem	fatos impeditivo	s para sua habi	ilitação no
presente processo	o licitatório, ciente da	obrigatoriedade	de declarar ocor	rências posterior	es.
	Linhares-ES,	de	de 202	4	

NOME E ASSINATURA DO DECLARANTE

Pregão Eletrônico nº 019/2024 Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC



# PREGÃO ELETRÔNICO Nº ----/2024

### **ANEXO VI**

# MODELO DE DECLARAÇÃO

(INEXISTÊNCIA DE MENORES EM SEU QUADRO DE PESSOAL, CONFORME DETERMINA O INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI N.º 9.854/99, REGULAMENTADA PELO DECRETO N.º 4.358/02);

			(nome	da empresa),	, inscrito no Cl	NPJ nº
, por inte	ermédio de seu represe	entante legal, o(a)	Sr(a)		, portador(a) da (	Carteira
de Identidade nº	e do CPF nº		, DECLARA	A, para fins do	disposto no incis	so V do
art. 27 da Lei nº 8.666, de	21 de junho de 1993,	acrescido pela l	Lei nº 9.854,	de 27 de out	ubro de 1999, q	jue não
emprega menor de dezoito ar	nos em trabalho noturn	o, perigoso ou ins	salubre e não	emprega men	or de dezesseis a	anos.
Ressalva: emprega menor, a	partir de quatorze anos	s, na condição de	aprendiz ( ).	•		
	Linhares - ES,	de	de	e 2024		
	(REPF	RESENTANTE LE	GAL)			

Pregão Eletrônico nº 019/2024 Departamento de Licitações, Compras e Contratos - DLCC